

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

Edição nº 728

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Boletins.....	2
Avisos.....	6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Súmulas de contrato e convênios.....	6
Avisos de licitações.....	7
Editais.....	7

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

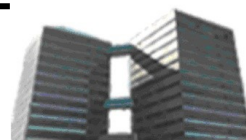
Boletins.....	8
---------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 728

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO Nº 42/2011

Dispõe acerca de procedimentos para a utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancária – SIMBA e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério Público Federal objetivando a agilização de procedimentos investigativos, mediante a utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – SIMBA;

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar o combate à criminalidade organizada mediante a utilização de ferramentas tecnológicas, dentre elas o SIMBA;

CONSIDERANDO o leiaute referente aos dados de afastamento de sigilo bancário estabelecido pelo Banco Central na Carta-Circular n.º 3454, de 14 de junho de 2010;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa n.º 03, de 09 de agosto de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça que determina às autoridades judiciárias a adoção do formato definido na Carta-Circular n.º 3454 do Banco Central,

RESOLVE editar o seguinte Provimento:

Art. 1º O recebimento, o processamento e a disponibilização de dados bancários originários de quebra de sigilo bancário por intermédio do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – SIMBA – serão realizados pelo Núcleo de Inteligência do Ministério Público – NIMP.

Art. 2º Para utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias – SIMBA – deverá o Membro do Ministério Público, de forma pessoal e intransferível, solicitar o respectivo acesso - por meio eletrônico - ao Núcleo de Inteligência do Ministério Público – NIMP.

Art. 3º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de julho de 2011.

EDUARDO DE LIMA VEIGA,

Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM N.º 352/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

RETIFICAR

- a Portaria n.º 1021/2011, para constar que a designação do servidor ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES, para exercer a Função Gratificada de Diretor-Geral, FGE-12 (2,5), acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, nos termos previstos na Lei n.º 11.849/02, é a contar de 05 de abril de 2011, até ulterior deliberação, e não como constou (Port. 2451/2011).

DESIGNAR

- o Dr. LUIZ EDUARDO DE OLIVEIRA AZEVEDO, Promotor de Justiça, para oferecer denúncia, bem como para acompanhar o feito contra a Soldado PM Flávia Cristina Abreu, com base na Correição Parcial n.º 870-05-2011.9.21.0000, oriundo do Tribunal de Justiça Militar, e, em eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 2504/2011).

CLASSIFICAR

-com base no artigo 4º da Lei n.º 13.208/2009 e consoante manifestação da Promotora de Justiça, expressa no expediente n.º PR.00975.00194/2010-9, a Dra. NATÁLIA CAGLIARI, ID N.º 3438538, no cargo de 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de Taquara, de entrância intermediária.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

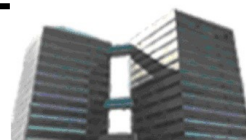
Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 728

BOLETIM N.º 353/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

AUTORIZAR

- a servidora JUSSARA LIDIANE MEDRONHA DINEGRI, Agente Administrativo, ID n.º 3450660, a afastar-se de suas funções, no período de 15 de junho até 11 de julho de 2011, a fim de participar do Curso de Formação Profissional referente ao concurso público destinado ao provimento de vagas no cargo de Policial Rodoviário Federal, nos termos da Lei Estadual n. 12.262/05, e no artigo 64, inciso XII, da Lei n.º 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n. 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n. 12.065/04 (Port. 2460/2011).

REVOGAR

- a contar de 04 de julho de 2011, a Portaria n.º 1655/2009, que designou o servidor MARCELO PINTO SPECHT, Adido da Brigada Militar, ID n.º 2305933, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional II, FG-07, deste órgão (Port. 2459/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

BOLETIM N.º 342/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE
Aline Schuler de Carvalho	3448878/1	01 03 %	05/06/2011
Carine Tapia da Silva	3448894/1	01 03 %	15/06/2011
Daniel Alexandre Cerqueira	3448886/1	01 03 %	15/06/2011
Joao Baptista Pinto Netto	3425550/1	02 03 %	01/06/2011

NOME	ID	LICENÇA PRÊMIO
Elisandra Fontana Briskup Horn	3447154/1	05/06/2006 a 03/06/2011
Leticia Sciortino Giorgis	3436969/1	24/06/2006 a 22/06/2011

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de julho para os funcionários dos quadros de cargos em comissão da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), para pagamento automático.

BOLETIM N.º 343/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE	DATA REQ.
Daniele Martins Otton	3396436/2	01 03 %	21/02/2011	
Mariano Westphalen Lorenzon	3442403/2	01 03 %	02/01/2011	

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

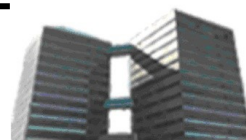
NOTA: Vantagens previstas para o mês de julho para os funcionários dos quadros de cargos em comissão da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE).



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 728

BOLETIM N.º 344/2011**O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder as vantagens a seguir:

NOME	ID	AVANÇO	DATA BASE
Andre Antonio Petersen Xavier	3437396/1	03 03 %	03/06/2011
Claudio Avila da Silva	3435245/1	05 05 %	11/06/2011
Clecia de Oliveira Nunes	3452077/1	04 03 %	06/06/2011
Edison Nunes Bernhardt	3433579/1	05 05 %	18/06/2011
Enio Paulo Strauss	3428192/1	07 05 %	02/06/2011
Ester Kohler Mainardi	3338207/2	07 05 %	10/06/2011
Evelise Zimmer Neves	3428214/1	08 05 %	28/06/2011
Fabio Maio da Silva	2828790/2	02 03 %	25/06/2011
Fabio Silveira Mossmann	3447006/1	04 03 %	10/06/2011
Glauco Baumgarten Goncalves	3437965/1	03 03 %	14/06/2011
Joel Andre Copatti	3429628/1	05 05 %	11/06/2011
Jorge Soares da Rosa	3425894/1	09 05 %	26/06/2011
Juvenil Jalmar Silva da Silva	3434966/1	04 03 %	10/06/2011
Lucio Baumgarten Caceres	3432602/1	05 03 %	08/06/2011
Luis Cesar Severo	3447537/1	03 03 %	22/06/2011
Magda Susel Konrath	3448258/1	03 03 %	13/06/2011
Marcio Adriano da Silva Ribeiro	3379167/2	05 03 %	19/06/2011
Marconi Froelich	3441970/1	04 03 %	21/06/2011
Marta Martins Barreiro	3428150/1	06 05 %	10/06/2011
Rita Rochele Porciuncula Porto	3445763/1	05 03 %	06/06/2011
Roseli Engracio de Oliveira	3430146/1	08 05 %	29/06/2011
Roselite Santin Dameto	3446298/1	02 03 %	20/06/2011
Rudinei de Oliveira	2526050/2	03 03 %	02/06/2011
Wladimir de Maria Ramos da Silva	3447243/1	02 03 %	09/06/2011

NOME	ID	ADICIONAL	DATA BASE
Claudio Avila da Silva	3435245/1	01 15 %	11/06/2011
Edison Nunes Bernhardt	3433579/1	01 15 %	18/06/2011
Joel Andre Copatti	3429628/1	01 15 %	11/06/2011
Lucio Baumgarten Caceres	3432602/1	01 15 %	08/06/2011
Marcio Adriano da Silva Ribeiro	3379167/2	01 15 %	19/06/2011
Rita Rochele Porciuncula Porto	3445763/1	01 15 %	06/06/2011
Roseli Aparecida Franca Medeiros	3438457/1	02 25 %	10/06/2011

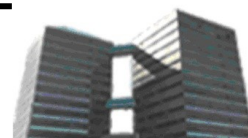
NOME	ID	LICENÇA PRÊMIO
Alessandra Correia Ferronato	3447227/1	12/06/2006 a 10/06/2011
Alessandra Perusso dos Santos	3397890/2	26/06/2006 a 24/06/2011
Ana Claudia Johnson Soares	3426831/1	12/06/2006 a 10/06/2011
Ana Cristina da Conceicao Lemos	3447278/1	19/06/2006 a 17/06/2011
Daiane Mezzomo Grazziotin	3447235/1	12/06/2006 a 10/06/2011
Diogenes Solano Schroder	3447375/1	20/06/2006 a 18/06/2011
Evaldo Jesus de Quadros Junior	3447251/1	13/06/2006 a 11/06/2011
Fabiane Tasca	3447200/1	12/06/2006 a 10/06/2011
Gilbran Tagarra Farinha	3447332/1	26/06/2006 a 24/06/2011



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 728

Jacqueline Scheleder Dantas	3447260/1	12/06/2006 a 10/06/2011
Jeferson Ferret Cassanta	3447324/1	29/06/2006 a 27/06/2011
Joel Andre Copatti	3429628/1	26/06/2006 a 24/06/2011
Joel Fabricio Berwian	3447197/1	07/06/2006 a 05/06/2011
Jussara Lidiane Medronha Dinegri	2885301/2	27/06/2006 a 25/06/2011
Karla Mata Schultz	3432130/1	27/06/2006 a 25/06/2011
Makeli Loss Dias	3447316/1	20/06/2006 a 18/06/2011
Marcelo Coelho Fossari	3447308/1	14/06/2006 a 12/06/2011
Marcia Pacheco Pozo	3447286/1	14/06/2006 a 12/06/2011
Maritani Babinski	3447170/1	07/06/2006 a 05/06/2011
Rochele Pereira Cabrera	3447146/1	05/06/2006 a 03/06/2011
Solange Maria de Quadros Gonzaga	3447340/1	23/06/2006 a 21/06/2011
Tirzah Pires Ferreira	2462532/2	19/06/2006 a 17/06/2011
Wladimir de Maria Ramos da Silva	3447243/1	12/06/2006 a 10/06/2011

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de julho para os funcionários dos quadros de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE), para pagamento automático.

BOLETIM N.º 345/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder a vantagem a seguir:

NOME	ID	ADICIONAL	DATA BASE	DATA REQ.
Maria Alice Santos F de Menezes	3426297/1	02 25 %	07/05/2011	17/05/2011

NOME	ID	LICENÇA PRÊMIO
Arlindo José Ribeiro	3436640/2	25/03/2006 a 23/03/2011

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

NOTA: Vantagem prevista para o mês de julho para o funcionário do quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE).

BOLETIM N.º 346/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve conceder a vantagem a seguir:

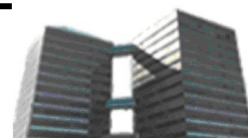
NOME	ID	LICENÇA PRÊMIO
Anizio Pires Gavião Filho	3425983/1	26/06/2006 a 24/06/2011
Antonio A Vergara Cerqueira	3426084/1	26/06/2006 a 24/06/2011
Cristiane Cardoso	3431002/1	24/06/2006 a 22/06/2011
Delmar Pacheco da Luz	3426068/1	26/06/2006 a 24/06/2011
Eleonora Machado Poggia	3426009/1	26/06/2006 a 24/06/2011
Luiz Achylles Petiz Bardou	3426122/1	26/06/2006 a 24/06/2011
Paulo Antonio Todeschini	3426092/1	26/06/2006 a 24/06/2011
Roberto Claus Radke	3426050/1	26/06/2006 a 24/06/2011



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 728

Ruben Giugno Abruzzi	3426106/1	26/06/2006 a 24/06/2011
Silvio Miranda Munhoz	3426033/1	26/06/2006 a 24/06/2011
Valeria Bastos Dias	3426025/1	26/06/2006 a 24/06/2011
Valerio Cogo	3431010/1	24/06/2006 a 22/06/2011

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

NOTA: Vantagens previstas para o mês de julho para os membros do Ministério Público, conforme aviso emitido pelo Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHE).

AVISO Nº 43/2011

Cientifico que, o Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
1971-0900/11-3	1528	Prefeitura Municipal de Capão de Leão - Conselho Tutelar	Mobiliário e Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1972-0900/11-6	1527	Coordenadoria Regional de Educação de Pelotas	Mobiliário e Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1977-0900/11-0	1529	Escola Municipal de Ensino Fundamental Dona Maria Joaquina	Mobiliário e Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1880-0900/11-4	1511	Delegacia de Polícia Regional de Pelotas	Mobiliário e Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1904-0900/11-9	1516	5ª Delegacia Penitenciária Regional de Pelotas	Mobiliário e Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
1913-0900/11-8	1520	Comando Regional de Policiamento Ostensivo Sul - Pelotas	Mobiliário e Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PROCESSO N.º 4691-09.00/10-6
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2011

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, tornar sem efeito os atos de adjudicação e homologação constantes do Pregão Eletrônico n.º 01/2011 e aplicar à empresa BEDUSCHI & MARTINS INFORMÁTICA LTDA. a penalidade de impedimento de licitar e contratar com esta Administração, pelo período de 1 (um) ano, com a consequente inclusão no CFIL/RS, com fulcro nos itens 12.1 e 12.3 do Ato Convocatório, art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, Lei Estadual n.º 13.389/99 e art. 8º, inc. I, do Decreto Estadual n.º 42.250/03, alterado pelo Decreto Estadual n.º 45.680/08.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

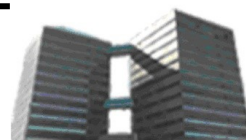
Diretor-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 728

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.23940

CONTRATADA: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.; **OBJETO:** renovação da assinatura da Revista RT Online, pelo período de 12 (doze) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 30.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inc. I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 13/07/2011, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de julho de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

Aviso de abertura de licitação

Tomada de Preços n.º 06/2011 (Processo n.º 002171-09.00/11-5) Tipo menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais, para manutenção predial e cobertura de estacionamento do prédio da Promotoria de Justiça de São Gabriel, na Rua Onézimo Laureano, 124, conforme Edital e seus Anexos. **Preço orçado: R\$ 268.564,52. Prazo: 4 meses. Data e horário de abertura: 01/08/2011, às 14 (quatorze) horas. Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 17.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/precos>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 13 de julho de 2011.

MICHEL CORRÊA MURAD,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

EDITAL N.º 186/2011 REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 187/2011 REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 188/2011 Resultado do Edital nº 174/2011 – REMOÇÃO DE ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS (DEMP 05/07/2011)

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00653/2011-5, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº. 174/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

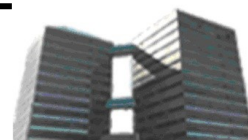
DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 189/2011 Resultado do Edital nº 175/2011 – REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA (DEMP 05/07/2011)

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00654/2011-3, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº. 175/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 06/2011 - CAOMA

A COORDENADORA DO CENTRO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

ALEGRETE

1) Inquérito Civil nº 00711.00028/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental consistente em crime contra a Flora, tendo como investigado o Sr. Arlindo Signor.

2) Inquérito civil nº 00711.00029/2011, da Promotoria de justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. Dani Marques Dias.

3) Inquérito Civil nº 00711.00030/2011, da Promotoria de Justiça Alegrete, pela Promotora Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela caça de animal silvestre e pesca em período proibido, tendo como investigado o Sr. Carlos Alberto Fernandes Lamberty.

4) Inquérito Civil nº 00711.00031/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de pássaro silvestre em cativeiro sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. Paulo Roberto Duarte Salazar.

5) Inquérito Civil nº 00711.00032/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha com a finalidade de apurar degradação ambiental por extração de pedra sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigada a Sra. Carmem Terezinha dos Santos Freitas.

6) Inquérito Civil nº 00711.00032/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora Alessandra Moura Bastian da Cunha com a finalidade de apurar degradação ambiental por extração de pedra sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigada a Sra. Carmem Teresinha dos Santos Freitas.

7) Inquérito Civil nº 00711.00033/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela caça predatória sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigados os Srs. Alfeu Nunes Gonzales, Cleiton Machado Prazeres e Rudenei Silva de Lima.

8) Inquérito Civil nº 00711.00034/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degrada-

ção ambiental pela queima de resíduos sólidos a céu aberto sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado Sr. Mario Jorge Pereira Pires.

9) Inquérito Civil nº 00711.00035/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de engenho de arroz sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. MAURO RODRIGUES, nesta cidade.

10) Inquérito Civil nº 00711.00036/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela caça de animal silvestre, tendo como investigado os Srs. JOÃO PEDRO DE ALMEIDA LOPES e JORGE ALBERTO ROCHA HAUTTER, nesta cidade.

11) Inquérito Civil nº 00711.00037/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela ação de impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas nativas sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. GUILHERME RODRIGUES FAGUNDES, nesta cidade.

12) Inquérito Civil nº 00711.00038/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela ação de impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas nativas sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. FABIO LUIS DE BAIRROS JAQUES, nesta cidade.

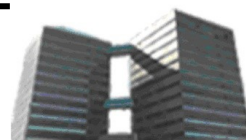
13) Inquérito Civil nº 00711.00039/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental por descarte e queima de resíduos sólidos a céu aberto sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. ALEXANDRE PEREIRA, nesta cidade.

14) Inquérito Civil nº 00711.00040/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental por manutenção de atividade potencialmente poluidora sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigados o Sr. ANTONIO CARLOS FRIZZO NEMITZ e a Sra. CARLA LIRIAM ANTOLINI NEMITZ, nesta cidade.

15) Inquérito Civil nº 00711.00041/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela queimada de campo sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. CHARLES FONTOURA GONÇALVES, nesta cidade.

16) Inquérito Civil nº 00711.00042/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental consistente em manutenção de atividade potencialmente poluidora, qual seja, comércio e depósito de GLP, sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. JAIME MARTINAZZO BARBOSA, nesta cidade.

17) Inquérito Civil nº 00711.00043/2011, da Promotoria de



Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela queimada de campo sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado a Sra. MARIA DA GRAÇA PEREIRA TIRELLI, nesta cidade.

18) Inquérito Civil nº 00711.00044/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela queimada de campo sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. JOÃO RIBEIRO SEVERO, nesta cidade.

19) Inquérito Civil nº 00711.00045/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de engenho de arroz sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. ROGÉRIO BALZAN, nesta cidade.

20) Inquérito Civil nº 00711.00046/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de engenho de arroz sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. JANDRO FRIGO, nesta cidade.

21) Inquérito Civil nº 00711.00047/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de engenho de arroz sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. JOSE MILLANI, nesta cidade.

22) Inquérito Civil nº 00711.00048/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental consistente em extração de pedra sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. HORALINO LOPES MARODIM, nesta cidade.

23) Inquérito Civil nº 00711.00049/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental consistente em destruição e/ou danificação de florestas nativas sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. CLAUDIO SOLTAU TRINDADE, nesta cidade.

24) Inquérito Civil nº 00711.00050/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental consistente em drenagem de banhado, limpeza de valo, limpeza de açude, descapoeiramento e queima de resíduos sólidos a céu aberto, tendo como investigado o Sr. CLAUDIO ROBERTO SILVA GONÇALVES, nesta cidade.

25) Inquérito Civil nº 00711.00051/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de degradação ambiental por barramento do recurso hídrico, sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. Joãozinho Arlindo Bortolin.

26) Inquérito Civil nº 00711.00052/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora Alessandra Moura Bastian

da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de lavoura de arroz sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. Fernando Tarragô Bastos Filho.

27) Inquérito Civil nº 00711.00053/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental por abertura de valo de drenagem sem autorização do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. Lorivan Formighieri.

28) Inquérito Civil nº 00711.00054/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental pela manutenção de engenho de arroz sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado o Sr. Carlos Gilberto Melo de Melo.

29) Inquérito Civil nº 00711.00055/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental consistente em construção de segmento de estrada vicinal sem pavimentação e exploração de jazida de minerais com a licença de operação vencida, tendo como investigado o Sr. RENATO PAZ XAVIER, nesta cidade.

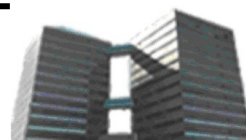
30) Inquérito Civil nº 00711.00058/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental consistente em manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor sem licença ambiental respectiva, tendo como investigado o Sr. ELSO CASEMIRO POZZEBOM, nesta cidade.

31) Inquérito Civil nº 00711.00059/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental consistente em manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor sem licença ambiental respectiva, tendo como investigado o Sr. MILTON MOMBACH, nesta cidade.

32) Inquérito Civil nº 00711.00060/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental consistente em manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor em desacordo com licença ambiental competente, tendo como investigado o Sr. LUIS CARLOS PREDEBON, nesta cidade.

33) Inquérito Civil nº 00711.00061/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental consistente em manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor em desacordo com licença ambiental competente, tendo como investigado o Sr. LUIZ OLINDO MIGOTTO MARTINI, nesta cidade.

34) Inquérito Civil nº 00711.00062/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental consistente em manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor em desacordo com licença ambiental competente, tendo como investigado o Sr. REGIS PAULO MARTINI, nesta cidade.



35) Inquérito Civil nº 00711.00063/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pela Promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha, com a finalidade de apurar degradação ambiental consistente em manutenção de estabelecimento potencialmente poluidor em desacordo com licença ambiental competente, tendo como investigado o Sr. REGIS PAULO MARTINI, nesta cidade.

36) Inquérito Civil nº 00711.00064/2011, da Promotoria de Justiça de Alegrete, pelo Promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental em decorrência de corte e depósito de lenha nativa de angico vermelho em desacordo com as exigências legais por parte de Luís Anderson Macário Frigo na Comarca de Alegrete.

ALVORADA

1) Inquérito Civil nº 00935.00017/2011, da Promotoria de Justiça de Alvorada, pela Promotora de Justiça Rochelle Jelinek, com a finalidade de apurar eventual dano ou ilícito ambiental decorrente da atividade de depósito e reciclagem de materiais plásticos.

ARROIO DO TIGRE

1) Inquérito Civil nº 00936.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, com a finalidade de apurar a ocorrência de suposto dano ambiental e potencial risco à saúde pública decorrente da utilização de agrotóxico para realização de capina química nas praças e vias públicas da cidade de Arroio do Tigre.

2) Inquérito Civil nº 00936.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, com a finalidade de apurar depósito irregular de 85,9m³ de lenha nativa, espécie Mata Atlântica, sem prévia licença do órgão ambiental competente, cometido, em tese, por Aquiles Pappis, na localidade de Lomba Alta, município de Arroio do Tigre.

3) Inquérito Civil nº 00936.00007/2011, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental, consistente no corte raso de 1,5 hectare de mata nativa do Bioma Mata Atlântica, na propriedade de Celernio Adelmo Beilke, situada na Linha Travessão, Município de Arroio do Tigre, para aumento da área produtiva.

AUGUSTO PESTANA

1) Inquérito Civil nº 00937.00014/2011, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, com a finalidade de apurar a prática de dano ambiental consistente em destruir árvores (uma árvore da espécie umbu e duas da espécie aroeira) em área de preservação permanente, sem autorização do Órgão Ambiental Competente, tendo o fato ocorrido na Localidade de Rincão dos Pires, interior do Município de Jóia/RS.

2) Inquérito Civil nº 00937.00015/2011, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, pela Promotora Tânia M. Schneider Cavalini, com a finalidade de apurar, tendo em vista que em relatório de vistoria da FEPAM constatou-se que a empresa investigada, SEMEAR COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA., está operando sem possuir licenciamento ambiental, sendo que desempenha atividades potencialmente

poluidoras, dentre as quais comércio de agrotóxicos.

BAGÉ

1) Inquérito Civil nº 00718.00026/2011, da Promotoria de Justiça de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar notícia de corte de árvores nativas, uso de fogo e limpeza da área sem licença ambiental,

2) Inquérito Civil nº 00718.00028/2011, da Promotoria de Justiça de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar fiscalização na Bacia Hidrográfica do Rio Negro.

3) Inquérito Civil nº 00718.00029/2011, da Promotoria de Justiça de Bagé, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, com a finalidade de apurar descarte irregular de esgoto sanitário do presídio regional de Bagé em recurso hídrico.

BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 00722.00032/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental em face de poluição atmosférica produzida pelas atividades da Empresa Dellano.

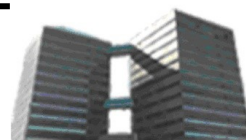
2) Inquérito Civil nº 00722.00033/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de crime ambiental, pela deposição de embalagens de agrotóxicos, pneus e lixo na mata nativa e próximo a nascente e queima de pneus à céu aberto, entre as comunidades do Ceará da Graciema e 08 da Graciema, neste Município.

3) Inquérito Civil nº 00722.00034/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a existência de delito ambiental por parte dos Srs. Erielso Valduga e Arnaldo Bottega, onde restou constatado a existência de intervenção em Área de Preservação Permanente, sem licença expedida pelo Órgão Ambiental Competente.

4) Inquérito Civil nº 00722.00035/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a existência de delito ambiental pela empresa Silvas'Car Auto Posto de Lavagem, de propriedade do Sr. Alex Ribeiro da Silva, onde restou constatado a existência de atividade de lavagem de veículos, sem licença.

5) Inquérito Civil nº 00722.00036/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a existência de delito ambiental na propriedade do Sr. Luis Carlos Basso, localizada no Município de Monte Belo do Sul, onde restou constatado o corte de vegetação nativa sem Licença Ambiental.

6) Inquérito Civil nº 00722.00037/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a existência de delito ambiental pela empresa Lavagem Planalto de propriedade da Sra. Sidonia Goretti Albarello dos Reis, onde restou constatado o exercício de atividade com capacidade poluidora sem licenciamento.



7) Inquérito Civil nº 00722.00038/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar crime ambiental pelo Mercado e Padaria Ticiani, de reponsabilidade do Sr. Valmir Saul Ticiani, face a inexistência de licença para depósito de lenha de árvores nativas.

8) Inquérito Civil nº 00722.00039/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar a existência de Licença de Operação para atividade.

9) Inquérito Civil nº 00722.00042/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar eventual poluição do solo e recursos hídricos causada pelas atividades da empresa Polibrilho Indústria de Metais Finos Ltda., contrariando a Licença de Operação expedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler nº 5114/2007.

10) Inquérito Civil nº 00722.00044/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar dano ambiental na propriedade do Sr. Jardivino Sutil de Souza, localizada na Linha Alcântara, Faria Lemos, neste Município, face a existência de construção em Área de Preservação Permanente, sem licença expedida pelo Órgão Ambiental Competente.

11) Inquérito Civil nº 00722.00045/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar dano ambiental na propriedade do Sr. Jelso Vitorino Domeneghini, localizada na ERS 431, Linha Colucci, Município de Monte Belo do Sul/RS, face a existência de construção em Área de Preservação Permanente, sem licença expedida pelo Órgão Ambiental Competente.

12) Inquérito Civil nº 00722.00046/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar dano ambiental na propriedade do Sr. Helio Dalla Valle, localizada na Travessa Imaculada Conceição, 185, Linha Alcântara, neste Município, face a existência de construção em Área de Preservação Permanente, sem licença expedida pelo Órgão Ambiental Competente.

13) Inquérito Civil nº 00722.00047/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses com a finalidade de apurar dano ambiental na propriedade do Sr. Itelvino Luiz Domeneghini, localizada na ERS 431, Linha Colucci, Município de Monte Belo do Sul/RS, face a existência de construção em Área de Preservação Permanente, sem licença expedida pelo Órgão Ambiental Competente.

14) Inquérito Civil nº 00722.00048/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar dano ambiental no empreendimento SPA do Vinho (Harvest Administração de Bens), localizado na Rodovia ERS 444 Km 21, Vale dos Vinhedos, neste Município, face a existência de tratamento de esgoto, sem licença do Órgão Ambiental Competente.

15) Inquérito Civil nº 00722.00049/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar dano ambiental

na empresa Lava'Car, localizada na Rua 13 de Maio, 877, Bairro São Bento, neste Município, sendo constatado a existência de atividade de lavagem de veículos, sem licença do órgão ambiental competente.

16) Inquérito Civil nº 00722.00050/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar dano ambiental na empresa Metapack Máquinas para Embalagens, localizada na Rua Luiz Milani, 109, Bairro Vila Nova, neste Município, sendo constatado a existência de atividade de fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria de embalagens, sem licença do órgão ambiental competente.

17) Inquérito Civil nº 00722.00051/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar dano ambiental na propriedade da Sra. Leda Perin Valiati, localizada na Rua Sagrada Família, Bairro Centro, Município de Monte Belo do Sul/RS, sendo constatado a existência de intervenção em Área de Preservação Permanente, sem licença do órgão ambiental competente.

18) Inquérito Civil nº 00722.00052/2011, da Promotoria de Justiça de Bento Gonçalves, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, com a finalidade de apurar dano ambiental na propriedade do Sra. Valmor Mezaro, localizada na ERS 431 Km 13, neste Município, sendo constatado a existência de construção em Área de Preservação Permanente, sem licença do órgão ambiental competente.

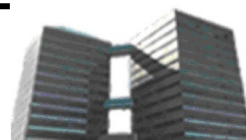
BOM JESUS

1) Inquérito Civil nº 00725.00011/2011, da Promotoria de Justiça de de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar corte seletivo de 4 árvores nativas folhosas das espécies branquilha e pessegueiro bravo, perfazendo um volume de 1,10m³ (um vírgula dez metros cúbicos), em área de preservação permanente – Bioma Mata Atlântica – na propriedade da pessoa física investigada, na Fazenda do Posto, em São José dos Ausentes/RS.

2) Inquérito Civil nº 00725.00012/2011, da Promotoria de Justiça de de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar supressão de vegetação nativa, nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração, das espécies araucária, camboim, pinho bravo, mamica de cadela, bugre, entre outras, caracterizando bosqueamento, em área de preservação permanente (APP) – uma nascente, dois córregos d'água e dois banhados –, sendo 127 (cento e vinte e sete) folhosas e 28 (vinte e oito) araucárias, totalizando 157 (cento e cinquenta e sete) árvores, atingindo uma área total de 18.815m², sem possuir licença do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00725.00013/2011, da Promotoria de Justiça de de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar dano ambiental em Área de Preservação Permanente (APP) – curso d'água – com corte de árvores florestais nativas e terraplanagem, atingindo uma área equivalente a 0,345ha (zero vírgula trezentos e quarenta e cinco hectares), sem licença do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 00725.00014/2011, da Promotoria de Justiça de de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando



de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar descarte irregular de embalagens vazias de agrotóxicos a menos de 1m (um metro) de Área de Preservação Permanente (APP) – córrego d'água –, na localidade do Itaimbezinho, em Bom Jesus/RS.

5) Inquérito Civil nº 00725.00015/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar corte seletivo de 116 (cento e dezesseis) árvores de araucária e de 64 (sessenta e quatro) árvores folhosas nativas de diversas espécies (bugre, sucará, camboatá, pinho-bravo, pimenteira, tarumã), totalizando 180 (cento e oitenta) árvores, Fora de Área de Preservação Permanente, na propriedade da pessoa física investigada, localizada na Ramadinha, Km 69, em Bom Jesus/RS.

6) Inquérito Civil nº 00725.00016/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar corte seletivo de 40 (quarenta) árvores de araucária e de 219 (duzentas e dezenove) árvores folhosas nativas de diversas espécies bugre, pinho-bravo, sucará, pimenteira), totalizando 259 (duzentos e cinquenta e nove) árvores, Fora de Área de Preservação Permanente.

7) Inquérito Civil nº 00725.00017/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar alteração de curso natural de arroio (sem denominação), onde ocorreu a construção de um dique de 10m (dez metros) de barramento, com canalização de curso d'água, terraplanagem e destruição de 2 (duas) nascentes, atingindo uma área total de 3.210m² (três mil duzentos e dez metros quadrados), sem licença do órgão ambiental competente

8) Inquérito Civil nº 00725.00018/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar corte seletivo de 16 (dezesseis) árvores da espécie Araucária Angustifolia, perfazendo um total de 8,96m³ (oito vírgula noventa e seis metros cúbicos), sem licença do órgão ambiental competente, em APP (Bioma Mata Atlântica).

9) Inquérito Civil nº 00725.00019/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar desmatamento, por destocamento, com uso de trator esteira, em área total de 16,779m² (dezesseis vírgula setecentos e setenta e nome metros quadrados), atingindo vegetação nativa em fase sucessora nos estágios inicial e médio de regeneração, com DAP médio de 18cm, das espécies bugre, açoita cavalo, canela, entre outras, sem possuir licença do órgão ambiental competente.

10) Inquérito Civil nº 00725.00020/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril na Localidade Itaimbezinho, interior de Bom Jesus/RS.

11) Inquérito Civil nº 00725.00021/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril na Localidade Pas-

so do "S", interior de Jaquirana/RS.

12) Inquérito Civil nº 00725.00022/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril na BR 285, Km 64, no Município de Bom Jesus/RS.

13) Inquérito Civil nº 00725.00023/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril na Localidade Itaimbezinho, interior de Bom Jesus/RS.

14) Inquérito Civil nº 00725.00024/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril na BR 285, Localidade Caizinho, no Município de Bom Jesus/RS.

15) Inquérito Civil nº 00725.00025/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril na Localidade Fazenda da Ronda, em Bom Jesus/RS.

16) Inquérito Civil nº 00725.00026/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar Emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril na Localidade Caizinho, BR 285, Km 37, em Bom Jesus/RS.

17) Inquérito Civil nº 00725.00027/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril na Capela Santo Inácio, Frutícola São Luiz, Fazenda Costa Brava, em Bom Jesus/RS.

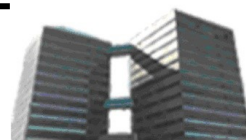
18) Inquérito Civil nº 00725.00028/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril na BR 285, Km 64,5, em Bom Jesus/RS.

19) Inquérito Civil nº 00725.00029/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril na localidade Passo do "S", Três Irmãos, Fazenda Santa Terezinha, em Jaquirana/RS.

20) Inquérito Civil nº 00725.00030/2010, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar atividade poluidora, qual seja, supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente.

21) Inquérito Civil nº 00725.00030/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar emprego de fogo (queimada) em atividade agropastoril na Localidade Silveira, em São José dos Ausentes/RS.

22) Inquérito Civil nº 00725.00031/2011, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, pelo Promotor de Justiça Fernando de Araujo Bittencourt, com a finalidade de apurar Emprego de



fogo (queimada) em atividade agropastoril na Fazenda Posto, em São José dos Ausentes/RS.

CACHOEIRA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00728.00013/2011, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do sul, pelo Promotor de Justiça Giani Pohlmann Saad, com a finalidade de apurar reparação dos danos ambientais causados pelo depósito de lixo urbano nas dependências do Clube Caiçara, bem como coibir os danos ambientais na área em comento.

CACHOEIRINHA

1) Inquérito Civil nº 01127.00009/2011, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, pelo Promotor de Justiça André Fernando Janson Carvalho Leite, com a finalidade de apurar possível crime contra fauna, praticado por Miguel Bianchin Pereira, na Rua localizada Curitiba, 172, nesta Cidade.

2) Inquérito Civil nº 01127.00010/2011, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, pelo Promotor de Justiça André Fernando Janson Carvalho Leite, com finalidade de apurar possível irregularidade nas atividades do CTG Guapos da Amizade, localizado na Rua Manatá, 267, nesta Cidade.

3) Inquérito Civil nº 01127.00011/2011, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, pelo Promotor de Justiça André Fernando Janson Carvalho Leite, com finalidade de apurar possível irregularidade nas atividades do CTG Rancho da Saudade, localizado na Av. Antônio Silveira Bento, 229, nesta Cidade.

CAMAQUÃ

1) Inquérito Civil nº 00732.00042/2011, da Promotoria de Justiça de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de apurar dano ambiental causado por corte raso de espécies nativas.

2) Inquérito Civil nº 00732.00043/2011, da Promotoria de Justiça de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de apurar dano ambiental causado por aterramento em terreno localizado em APP.

3) Inquérito Civil nº 00732.00045/2011, da Promotoria de Justiça de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa e dano ambiental cometidos pelo Município de Camaquã, em relação ao processo de licenciamento da Barragem Maria Ulguin, em Camaquã/RS.

4) Inquérito Civil nº 00732.00046/2011, da Promotoria de Justiça de Camaquã, pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, com a finalidade de apurar dano ambiental causado por construção de prédio afetando a copa e as raízes de uma figueira.

CAMPINA DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil nº 00940.00010/2011, da Promotoria de Justiça de Campina das Missões, pelo Promotor de Justiça Rafael Schneider de Azeredo, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no funcionamento de um forno de carvão ativo, sendo que foi encontrado no seu interior aproximadamente 03(três) metros cúbicos de lenha nativa para ser queimada. Ainda, em uma área de 30 (trinta) metros de comprimento por 30 (trinta) metros de largura, houve o corte raso de floresta nativa em Área de Preservação Permanente do Rio Boa Vista, bem como numa área de 60 (sessenta) metros de comprimento por 30 (trinta) metros de largura ocorreu o corte

seletivo e roçada do sub-bosque da floresta nativa na Área de Preservação Permanente do Rio Boa Vista, sendo que nas duas áreas se verificou o uso de fogo para queimar os galhos das árvores cortadas. Também, em uma área de 60 (sessenta) metros de comprimento por 23 (vinte e três) metros de largura, houve descapoeiramento fora da Área de Preservação Permanente, com queimadas dos galhos. Entre as espécies nativas atingidas estão: guajuvira, canela, branquillo, unha de gato, entre outras.

CAMPO NOVO

1) Inquérito Civil nº 00735.00014/2011, da Promotoria de Justiça de Campo Novo, pelo Promotor de Justiça Fabiano Redivo Silva, com a finalidade de apurar possível lançamento de efluentes diretamente no solo, sem qualquer tratamento, mediante o exercício de atividade potencialmente poluidora – lavagem de veículos –, sem licença do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria de Instauração nº 12/2010, da Promotoria de Justiça de Campo Novo, pelo Promotor de Justiça Fabiano Redivo Silva, com a finalidade de apurar drenagem irregular em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente, na localidade de Águas Brancas, interior do Município de Braga (RS).

CANELA

1) Inquérito Civil nº 00737.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar Poluição Atmosférica e Sonora causada pelo funcionamento da Fábrica "Urbano Móveis e Decorações" (também chamada 'MÓVEIS KICHLER'), a qual não possui Licença Ambiental, e está localizada na Rua Pedro Sander, n.º 127, Bairro São José, em Canela.

2) Inquérito Civil nº 00737.00005/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar lançamento de resíduos provenientes da limpeza de fossas sépticas na rede de esgoto cloacal, em ponto não autorizado pela CORSAN (Rua Antenor de Souza, próximo ao Grande Hotel, em Canela), por funcionário da Empresa 'RODA ESGOTO SERRANA'.

3) Inquérito Civil nº 00737.00006/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar Poluição Atmosférica causada pelo funcionamento da Fábrica de Móveis pertencente a Valdeci Noel Cavallin, a qual não possui Licença Ambiental, e está localizada na Rua Oito de Abril, n.º 75, Bairro São José, em Canela.

4) Inquérito Civil nº 00737.00007/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar poluição do solo causada pelo depósito irregular de resíduos a céu aberto, em especial latas de tintas, na FÁBRICA D'CANELA MÓVEIS LTDA., a qual não possui Licença Ambiental, e está localizada na Rua Adalberto Wortmann, n.º 168, Bairro Canelinha, em Canela.

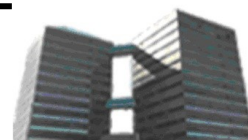
5) Inquérito Civil nº 00737.00008/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar poluição atmosférica



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição n.º 728

ca e do solo, causada pelo funcionamento da FÁBRICA AGRÍ MÓVEIS LTDA., a qual não possui Licença Ambiental, e está localizada na Rua Salgado Filho, n.º 210, Bairro Canelinha, em Canela.

6) Inquérito Civil n.º 00737.00009/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar supressão de vegetação nativa em área total de 3.447m², atingindo Área de Preservação Permanente, sem licença do órgão ambiental, em propriedade localizada na Estrada Linha São Paulo, n.º 3080, interior do Município de Canela.

7) Inquérito Civil n.º 00737.00010/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar Supressão de vegetação nativa em 12.781m², fora da Área de Preservação Permanente, atingindo espécies imunes ao corte (12 figueiras), bem como o uso de fogo para a eliminação dos resíduos florestais, danificando 3 jervás e 7 xaxins, sem licença do órgão ambiental, em propriedade localizada na Estrada Rancho Grande, s/n.º, interior do Município de Canela.

8) Inquérito Civil n.º 00737.00011/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar na fábrica BOELTER MÓVEIS PLANEJADOS LTDA., funcionando sem cabine de pintura, ocasionando poluição, e sem possuir Licença Ambiental, na Rua Júlio Travi, n.º 15, Distrito Industrial, em Canela.

9) Inquérito Civil n.º 00737.00012/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar poluição causada pelo depósito irregular de resíduos a céu aberto, em especial latas de tintas, bem como a utilização de cabine de pintura sem filtro na Fábrica de MÓVEIS GHUESLLA, a qual não possui Licença Ambiental, e está localizada na Rua Júlio Travi, n.º 15, Distrito Industrial, em Canela.

10) Inquérito Civil n.º 00737.00013/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar Fábrica de Móveis Dante, funcionando sem cabine de pintura, ocasionando poluição atmosférica, e sem possuir Licença Ambiental, na Rua dos Farrapos, n.º 421, Vila Dante, em Canela.

11) Inquérito Civil n.º 00737.00014/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar poluição atmosférica causada pelo funcionamento da Fábrica de Móveis L e L, a qual não possui Licença Ambiental, e está localizada na Rua dos Metais, n.º 15, Distrito Industrial, em Canela.

12) Inquérito Civil n.º 00737.00015/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar fábrica de móveis funcionando sem cabine de pintura, ocasionando poluição atmosférica, e sem possuir Licença Ambiental, na Rua Júlio Travi, n.º 444, Distrito Industrial, em Canela.

13) Inquérito Civil n.º 00737.00016/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar Fábrica de Móveis D A, funcionando sem cabine de pintura, ocasionando poluição atmosférica, e sem possuir Licença Ambiental, na Rua

Júlio Travi, n.º 444, Distrito Industrial, em Canela.

14) Inquérito Civil n.º 00737.00017/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar Fábrica de Móveis Pronto Arte, funcionando sem cabine de pintura, ocasionando poluição atmosférica, e sem possuir Licença Ambiental, na Rua dos Metais, n.º 45, Distrito Industrial, em Canela.

15) Inquérito Civil n.º 00737.00018/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar que na Empresa de Ônibus Viação Canelense possui lavagem de veículos sem caixa coletora de resíduos, os quais são lançados diretamente no solo, causando poluição, e sem possuir Licença Ambiental, na Rua Pinheiro Machado, n.º 479, Bairro São Luiz, em Canela.

16) Inquérito Civil n.º 00737.00019/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar oficina de chapeação funcionando sem cabine de pintura, ocasionando poluição atmosférica, e sem possuir Licença Ambiental, localizada na Rua Abdala Taha, n.º 288, Distrito Industrial, em Canela.

17) Inquérito Civil n.º 00737.00020/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar poluição do solo causada pelo depósito irregular de resíduos a céu aberto, em especial latas de tintas, além de falta de cabine de pintura, gerando poluição atmosférica, na Fábrica Boelter Móveis Planejados, a qual não possui Licença Ambiental, e está localizada na Rua Júlio Travi, n.º 15, Distrito Industrial, em Canela.

18) Inquérito Civil n.º 00737.00021/2011, da Promotoria de Justiça de Canela, pela Promotora de Justiça Vera Regina Melatte Corino, com a finalidade de apurar falta de cabine de pintura, gerando poluição atmosférica na Fábrica J C G J Móveis, a qual não possui Alvará, CNPJ e Licença Ambiental, e está localizada na Rua Adalberto Wortmann, n.º 1495, São Lucas, em Canela.

CANGUÇU

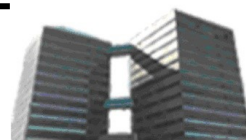
1) Inquérito Civil n.º 00738.00007/2011, da Promotoria de Justiça de Canguçu, pelo Promotor de Justiça José Olavo Bueno dos Passos, com a finalidade de apurar possíveis danos ambientais em córrego ou "sanga" existente nas imediações da Rui Ramos, nesta Cidade, bem como na área de preservação permanente formada em suas margens.

CAPÃO DA CANOA

1) Inquérito Civil n.º 00949.00051/2011, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Araujo Simões, com a finalidade de apurar eventual existência de um depósito de resíduos sólidos localizado em perímetro urbano, de propriedade de José Rodrigues de Lima, no qual não há licença de operação expedida pela FEPAM nem quaisquer outros documentos que regularizem a atividade.

CAXIAS DO SUL

1) Inquérito Civil n.º 00748.00112/2011, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de apurar atividade de reciclagem potencialmente poluidora, sem licenciamento ambiental e com descarte irregular de efluentes.



2) Inquérito Civil nº 00748.00117/2011, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de apurar descarte irregular de resíduos e utilização de poço tubular sem outorga do DRH.

3) Inquérito Civil nº 00748.00119/2011, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora, sem licença ambiental.

4) Inquérito Civil nº 00748.00120/2011, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora, sem licença ambiental.

5) Inquérito Civil nº 00748.00121/2011, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de apurar intervenção em área de preservação permanente, contrariando licença ambiental.

6) Inquérito Civil nº 00748.00122/2011, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de apurar poluição sonora por parte das atividades da igreja e inexistência dos itens de proteção contra incêndio e pânico.

7) Inquérito Civil nº 00748.00128/2011, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora, gerando poluição sonora.

CHARQUEADAS

1) Inquérito Civil nº 00950.00014/2011, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, pela Promotora de Justiça Bruna Maria Borgmann, com a finalidade de apurar irregularidades na revenda de gás.

2) Inquérito Civil nº 00950.00015/2011, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, pela Promotora de Justiça Bruna Maria Borgmann, com a finalidade de apurar irregularidades na revenda de gás.

3) Inquérito Civil nº 00950.00016/2011, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, pela Promotora de Justiça Bruna Maria Borgmann, com a finalidade de apurar irregularidades na revenda de gás.

4) Inquérito Civil nº 00950.00019/2011, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, pela Promotora de Justiça Bruna Maria Borgmann, com a finalidade de apurar infração à legislação ambiental decorrente da ausência de piso impermeável, canaletas de drenagem das águas e sistema de tratamento de resíduos, oriundos da lavagem de veículos pelo posto de lavagem da investigada, bem como falta de licenciamento legal para sua atividade.

5) Inquérito Civil nº 00950.00020/2011, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, pela Promotora de Justiça Bruna Maria Borgmann, com a finalidade de apurar crime ambiental, consistente em manter cativeiro de passeriformes nativos da fauna silvestre sem autorização do órgão ambiental competente.

CONSTANTINA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria Nº 12/2011, da Promotoria de Justiça de Constantina, pela Promotora de

Justiça Claudia M. Cezar Massing, com a finalidade de apurar irregularidades no funcionamento de empresa que atua na atividade de oficina mecânica de máquinas agrícolas, de nome fantasia Tonin & Farizim Ltda.

CRUZ ALTA

1) Inquérito Civil nº 00754.00056/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência da existência de um buraco e esgoto a céu aberto na Rua Espumoso, 476, Bairro São Francisco, nesta Cidade.

2) Inquérito Civil nº 00754.00060/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência do cultivo agrícola em área de preservação permanente, na propriedade de Luiz Cláudio Costa, localizada nem São Lourenço, interior do município de Cruz Alta.

3) Inquérito Civil nº 00754.00063/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, com a finalidade de apurar possível ocorrência de maus-tratos a animais, a prática ilegal de caça, localizada na Rua José Garibaldi, 747, nesta Cidade.

4) Inquérito Civil nº 00754.00064/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, com a finalidade de apurar possível degradação ambiental ocorrida no arroio Lajeado da Cruz.

5) Inquérito Civil nº 00754.00065/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, com a finalidade de apurar possível degradação ambiental ocorrida no arroio Lajeado da Cruz.

6) Inquérito Civil nº 00754.00066/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, com a finalidade de apurar possível degradação ambiental ocorrida no arroio Lajeado da Cruz.

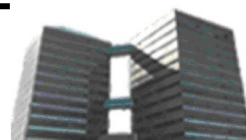
7) Inquérito Civil nº 00754.00067/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, com a finalidade de apurar possível degradação ambiental ocorrida no arroio Lajeado da Cruz.

8) Inquérito Civil nº 00754.00068/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, com a finalidade de apurar possível degradação ambiental ocorrida no arroio Lajeado da Cruz.

9) Inquérito Civil nº 00754.00069/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, com a finalidade de apurar possível degradação ambiental ocorrida no arroio Lajeado da Cruz.

10) Inquérito Civil nº 00754.00070/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, com a finalidade de apurar possível degradação ambiental ocorrida no arroio Lajeado da Cruz.

11) Inquérito Civil nº 00754.00072/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em decorrência de drenagem em área de nascentes, sem autorização de órgão ambiental competente, na localidade de União Gaúcha, interior de Boa Vista do Ingra.



12) Inquérito Civil nº 00754.00073/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pela Promotora de Justiça Sônia Madalena Silveira Bonilla, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em razão do funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor (lenheira), sem autorização do órgão ambiental competente, representada por Jordão Soares Melo, localizada na Avenida Sete de Setembro, 116, Bairro Vila Nova, nesta Cidade.

13) Inquérito Civil nº 00754.00074/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar o descarte irregular de resíduos sólidos por parte do Município de Pejuçara em diversas propriedades rurais, localizadas na Linha Dois, Fazenda Santa Rita, entre outras.

14) Inquérito Civil nº 00754.00075/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em razão do funcionamento de atividade potencialmente poluidora no beneficiamento de pedras, sem autorização do órgão ambiental competente, exercida pela empresa Marmoraria Tolfo, localizada na Rua Silveira Martins, ao lado do nº 216, Bairro Petrópolis I, nesta Cidade.

15) Inquérito Civil nº 00754.00076/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de danos ambientais em razão da emissão de ruídos acima dos limites pela legislação.

16) Inquérito Civil nº 00754.00077/2011, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, com a finalidade de apurar possível ocorrência de danos ambientais em razão de descarte irregular de resíduos sólidos provenientes da área urbana, na propriedade de Ironi Maffini, localizada na localidade de Colônias Novas, Rodovia de acesso ao Município de Pejuçara, km 07, Fazenda Santa Rita, Pejuçara.

DOM PEDRITO

1) Inquérito Civil nº 00759.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faliero, com a finalidade de apurar possíveis danos ambientais decorrentes da destruição de vegetação natural em área de preservação permanente no entorno de barragem de 165 ha, pela implantação de lavoura de arroz, sem autorização do órgão competente, na localidade de Passo Fundo, propriedade Granja Passo Fundo.

2) Inquérito Civil nº 00759.00005/2011, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faliero, com a finalidade de apurar a eventual emissão de poluição sonora em razão da atividade da empresa investigada.

ENCANTADO

1) Inquérito Civil nº 00760.00013/2011, da Promotoria de Justiça de Encantado, pela Promotora de Justiça Karina Mariotti, com a finalidade de apurar dano ambiental em decorrência da contaminação do solo por resíduos de petróleo na propriedade localizada na RS 129, Km 73, n.º 6850, na cidade de Encantado/RS.

ERECHIM

1) Inquérito Civil nº 00762.00106/2011, da Promotoria de Justiça de Encantado, pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar o corte raso de mata nativa em formação (rabo-de-bugio, açoita-cavalo, timbó e outras) e a utilização de fogo em 15,1 hectares, sem autorização do órgão ambiental competente, atingindo as espécies de Cedro, Grápia, Açoita-cavalo, Gerivá, Umbu, Canela, Louro Pardo, entre outras.

ESPUMOSO

1) Inquérito Civil nº 00765.00010/2011, da Promotoria de Justiça de Espumoso, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, com a finalidade de apurar descarte irregular de resíduos oriundos de processo de produção de derivados de leite, imputável a Alimentos Alto Jacuí Ltda. e Matheus Bianchi Cagliari, na Avenida João Bertani, Espumoso/RS.

ESTEIO

1) Inquérito Civil nº 00768.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Esteio, pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, com a finalidade de apurar a captação de água subterrânea sem licença do órgão ambiental na Av. Padre Claret, nº 75, Esteio.

2) Inquérito Civil nº 00768.00039/2011, da Promotoria de Justiça de Esteio, pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, com a finalidade de apurar a captação de água subterrânea sem licença do órgão ambiental na Rua Fernando Ferrari, nº 505, Esteio.

3) Inquérito Civil nº 00768.00073/2011, da Promotoria de Justiça de Esteio, pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, com a finalidade de apurar a criação de sete pássaros silvestres na Av. Érico Veríssimo, nº 245, Bairro São José, Esteio, RS, sem a licença do órgão competente.

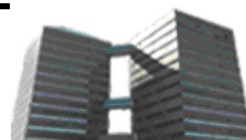
4) Inquérito Civil nº 00768.00074/2011, da Promotoria de Justiça de Esteio, pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, com a finalidade de apurar o depósito de lixo, a falta de cercamento e a inexistência de passeio público no terreno baldio localizado na Rua Vinte e Quatro de Agosto, esquina com a Rua Prata, Centro, Esteio.

5) Inquérito Civil nº 00768.00075/2011, da Promotoria de Justiça de Esteio, pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, com a finalidade de apurar a criação de dezessete pássaros silvestres na Rua Elis Regina, nº 205, Bairro Três Marias, Esteio, RS, sem a licença do órgão competente.

ESTRELA

1) Inquérito Civil nº 00770.00012/2011, da Promotoria de Justiça de Estrela, pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, com a finalidade de apurar o dano ambiental consistente na abertura de açude com canalização de vertente e desvio de curso d'água em área de preservação permanente, sem licenciamento ambiental, na propriedade de Olavo José Hauschild, sendo apontada a Secretaria Municipal da Agricultura de Estrela como contratante dos serviços da empresa de terraplanagem Comércio e Transportes J. E. Ltda.

2) Inquérito Civil nº 00770.00013/2011, da Promotoria de Justiça de Estrela, pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, com a finalidade de apurar dano ambiental na propriedade de



Jorge Henrique Speller, situada na BR 386, Km 351, Trevo de acesso à localidade de Santa Rita, área rural do Município de Estrela.

3) Inquérito Civil nº 00770.00014/2011, da Promotoria de Justiça de Estrela, pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, com a finalidade de apurar o dano ambiental, consistente em criação de suínos em área de preservação permanente (APP), sem licenciamento ambiental, apontado como autor do fato, Sílvio Brochier, que arrenda um hectare de terras de Nardi Dornelles de Vargas, para atividade agrícola, onde há a criação de animais.

4) Inquérito Civil nº 00770.00015/2011, da Promotoria de Justiça de Estrela, pelo Promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, com a finalidade de apurar a regularidade do estabelecimento Tokú's Bar, situado na Rua João Fritholdo Wathier, de João Carlos Ferreira.

5) Inquérito Civil nº 00770.00016/2011, da Promotoria de Justiça de Estrela, pelo Promotor de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, com a finalidade de apurar, firmar e verificar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta com o estabelecimento Pruvenelli & Schena Ltda – Bar da Gringa, a fim de evitar a poluição sonora, auxiliar na limpeza externa (via pública) e auxiliar na manutenção da ordem pública nos arredores do estabelecimento.

6) Inquérito Civil nº 00770.00017/2011, da Promotoria de Justiça de Estrela, pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental ocasionado por corte de vegetação nativa sem licença do órgão ambiental competente, na propriedade do Sr. Elemar Alberto Dal Molin, localizada na Linha São José, Área Rural do Município de Estrela/RS.

7) Portaria de conversão do Inquérito nº 00770.00001/2011, da Promotoria de Justiça de Estrela, pela Promotora de Justiça Mônica Maranghelli de Avila, com a finalidade de apurar degradação ambiental em área de preservação permanente; corte de mata atlântica. A área degradada localiza-se na de Linha São José, junto à rodovia RS 129 (coordenadas E 410626,00 N 6741296,00), e tem como proprietário o Sr. Ricardo Rieth Althaus.

8) Portaria de conversão do Inquérito nº 00770.00083/2010, da Promotoria de Justiça de Estrela, pela Promotora de Justiça Sérgio da Fonseca Diefenbach, a regularidade do estabelecimento Bar Barbaridade, situado na rua Marechal Hermes, 147, bairro Oriental, no município de Estrela/RS.

FELIZ

1) Inquérito Civil nº 00773.00014/2011, da Promotoria de Justiça de Feliz, pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, com a finalidade de apurar poluição de recurso hídrico.

2) Inquérito Civil nº 00773.00015/2011, da Promotoria de Justiça de Feliz, pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, com a finalidade de apurar poluição ambiental por vazamento dejetos e suinocultura irregular.

GARIBALDI

1) Inquérito Civil nº 00776.00016/2011, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, com a finalidade de apurar perfuração de poço

artesianos pela citada empresa na propriedade de Ivanir Trevisol, na localidade de Linha Bom Jardim, em 2011, sem prévia autorização do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – DRH-SEMA.

GIRUÁ

1) Inquérito Civil nº 00781.00032/2011, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de apurar recuperação de área de mata ciliar do Rio Santo Cristo.

2) Inquérito Civil nº 00781.00030/2011, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de apurar cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado.

3) Inquérito Civil nº 00781.00031/2011, da Promotoria de Justiça de Giruá, pela Promotora de Justiça Ana Paula Mantay, com a finalidade de apurar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado.

GRAMADO

1) Inquérito Civil nº 00782.00015/2011, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça, Max Roberto Guazzelli, com a finalidade de apurar estabelecimento de abrigo de animais, sem licença de operação, lançando dejetos diretamente no banhado e em córrego.

2) Inquérito Civil nº 00782.00016/2011, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça, Max Roberto Guazzelli, com a finalidade de apurar supressão de vegetação nativa, atingindo 2200m², resultando em 35 m de lenha nativa.

3) Inquérito Civil nº 00782.00017/2011, da Promotoria de Justiça de Gramado, pelo Promotor de Justiça, Max Roberto Guazzelli, com a finalidade de apurar Supressão de vegetação nativa em área de 34885m².

GRAVATAÍ

1) Inquérito Civil nº 00783.00052/2011, da Promotoria de Justiça de Gravataí, pela Promotora de Justiça, Ana Adelaide Brasil Sá Caye, com a finalidade de apurar verificar dano ambiental em açude situado no Beco do Sadi s/n. Glorinha/RS.

GUARANI DAS MISSÕES

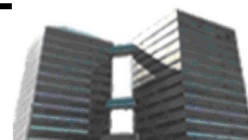
1) Inquérito Civil nº 00789.00011/2011, da Promotoria de Justiça de Gravataí, pelo Promotor de Justiça, Gustavo Fava Ferrari, com a finalidade de apurar a ocorrência de corte de vegetação nativa e uso de fogo em área de preservação permanente, na localidade de Linha Alta, interior do município de Sete de Setembro, sem licença do órgão ambiental competente, tendo por investigado o Sr. José Castanho, RG 3033529383.

HORIZONTINA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria de Instauração nº 11/2011, da Promotoria de Justiça de Horizontina, pela Promotora de Justiça Raquel Marchiori Dias, com a finalidade de apurar dano ambiental, decorrente de atividades de suinocultura.

IJUÍ

1) Inquérito Civil nº 00794.00029/2011, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da deposição indevida de resíduos sólidos, na localidade de Vila Itaí, neste Município.



2) Inquérito Civil nº 00794.00032/2011, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, com a finalidade de apurar a prática de dano ambiental em razão da disposição indevida de efluentes domésticos em rede de esgoto pluvial, com destinação final em recurso hídrico, provenientes de residências situadas na Rua Mato Grosso, no Bairro Assis Brasil, no Município de Ijuí/RS.

3) Inquérito Civil nº 00794.00035/2011, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hanusch, com a finalidade de apurar a prática de dano ambiental consistente na guarda de pássaros silvestres em cativeiro sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.

4) Inquérito Civil nº 00794.00037/2011, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hanusch, com a finalidade de apurar a ocorrência de perturbação do sossego público decorrente de poluição sonora ocasionada pelo funcionamento de estabelecimento comercial em desacordo com a legislação pertinente.

5) Inquérito Civil nº 00794.00040/2011, da Promotoria de Justiça de Ijuí, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hanusch, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de uso de Área de Preservação Permanente, na propriedade de Osvaldo Drews, em Ajuricaba/RS, sem autorização do órgão ambiental competente.

IVOTI

1) Inquérito Civil nº 01233.00015/2011, da Promotoria de Justiça de Ivoti, pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, com a finalidade de apurar possível dano ambiental em razão de deposição de resíduos sólidos, no Distrito Industrial, 48 alta, Ivoti/RS.

2) Inquérito Civil nº 01233.00016/2011, da Promotoria de Justiça de Ivoti, pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, com a finalidade de apurar dano ambiental em razão de deposição de resíduos sólidos, no fim da Rua Garibaldi, s/n.º, perto da antiga pedreira.

LAGOA VERMELHA

1) Aditamento à portaria de instauração do IC nº 72/2004, pela Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de retificar o pólo passivo da demanda para fins de fazer constar como investigado: Suprema Insumos Agrícola Ltda., Rua Buarque de Macedo, nº 375, Lagoa Vermelha, RS.

2) Inquérito Civil nº 00801.00021/2011, da pela Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente na canalização de curso d'água e eliminação de vegetação nativa, sem licença de órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00801.00022/2011, da pela Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente em destruição de floresta ambrofila mista, em uma área de aproximadamente 1,4 hectares, destes 0,8 em estágio avançado, sendo aproximadamente 40 araucárias e 0,6 hectares de floresta nativa, sem autorização de órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 00801.00023/2011, da pela Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente em impedir regeneração natural de vegetação, constatada a construção de uma pista de moto cross localizada em Área de Preservação Permanente (APP), de área úmida, banhado, com aproximadamente 0,7 hectares. Foram abertas 3 valas com aproximadamente 0,50m de largura e 0,30m de profundidade, totalizando 300m de comprimento.

5) Inquérito Civil nº 00801.00024/2011, da pela Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente em destruição de floresta ambrofila, contado o corte de 12 araucárias, destruição de aproximadamente 1 hectare de floresta nativa e banhado com a construção de um aterro de aproximadamente 30m de comprimento para formação de açude, sem autorização de órgão ambiental competente.

6) Inquérito Civil nº 00801.00025/2011, da pela Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de apurar funcionamento de empreendimento potencialmente poluidor, sem licença de órgão ambiental competente.

7) Inquérito Civil nº 00801.00025/2011, da pela Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente em destruição de floresta ambrofila mista, em uma área de aproximadamente 0,7 hectares em estágio avançado de regeneração natural, destes 0,3 encontram-se em Área de Preservação Permanente (APP), sem autorização de órgão ambiental competente.

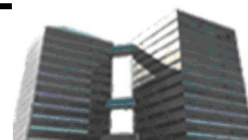
8) Inquérito Civil nº 00801.00027/2011, da pela Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente em destruição de flora com auxílio de trator de esteira, atingindo aproximadamente 01 hectare de capoeira em estágio inicial e 09 araucárias.

9) Inquérito Civil nº 00801.00028/2011, da pela Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, com a finalidade de apurar abertura de vala para encher um açude de sua propriedade, sem autorização de órgão ambiental competente.

MARCELINO RAMOS

1) Inquérito Civil nº 00807.00010/2011, da pela Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, com a finalidade de apurar o funcionamento irregular de estabelecimento comercial (oficina de chapeação, solda e pintura) que estaria causando prejuízos à saúde dos moradores das proximidades do local.

2) Inquérito Civil nº 00807.00011/2011, da pela Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, com a finalidade de apurar eventual prática de dano ambiental, decorrente do transporte de resíduos hospitalares sem adoção de providências necessárias para evitar danos ambientais.



NÃO-ME-TOQUE

1) Portaria nº 12/2011 do Inquérito nº 00810.00012/2011, da Promotoria de Justiça de Estrela, pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de dano ambiental em decorrência do descarte de resíduos sólidos (restos de galhos, pneus, garrafas pet, garrafas de vidro, restos de calças, madeiras e etc.), sem autorização do órgão ambiental competente, em uma área de 7.032m², localizada junto a uma pedreira com área de 7.348m², na localidade de Capão Firme, interior do Município de Não-Me-Toque, RS.

2) Portaria nº 13/2011 do Inquérito nº 00810.00013/2011, da Promotoria de Justiça de Estrela, pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, com a finalidade de apurar eventual dano ao meio ambiente decorrente do derramamento (vazamento) de resíduos oleosos (óleo diesel), em via pública, por parte dos veículos de transporte coletivo intermunicipal da Empresa Hélios Coletivos e Cargas Ltda., na área de embarque e desembarque da Estação Rodoviária do Município de Não-Me-Toque, na Rua Coronel Alberto Schmitt, nº 339, Bairro Centro, Não-Me-Toque, RS.

OSÓRIO

1) Inquérito Civil nº 01212.00010/2011, da Promotoria de Justiça de Osório, pela Promotora de Justiça Cristiane Della Méa Corrales, com a finalidade de apurar realização de terraplanagem, construção de açude e extração de minérios (pedras e saibro), sem o devido licenciamento ambiental dos órgãos competente, na localidade da Borússia, em Osório.

PALMEIRA DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 77/2011, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, pelo Promotor de Justiça Juliano Griza, com a finalidade de apurar corte raso de vegetação nativa, mediante o uso mecanizado de trator de esteiras, em uma área de 3.000m² (três mil metros quadrados), suprimindo vegetação de porte médio como Canela, Timbó e outras, sem licença expedida pelo órgão ambiental competente, na propriedade situada na Linha Azeredo, em São José das Missões – RS, consoante Termo Circunstanciado Ambiental nº 2.2.021202.46/11-05;

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 78/2011, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, pelo Promotor de Justiça Juliano Griza, com a finalidade de apurar corte raso de vegetação nativa, mediante o uso mecanizado de trator de esteiras, em uma área de 5.000m² (cinco mil metros quadrados), suprimindo vegetação de porte médio (capoeira) composta de espécies nativas diversas, sem licença expedida pelo órgão ambiental competente, na propriedade situada na Linha Santa Lúcia, em São José das Missões – RS, consoante Termo Circunstanciado Ambiental nº 2.2.021202.47/11-05.

PANAMBI

1) Inquérito Civil nº 00819.00005/2011, da Promotoria de Justiça de Panambi, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar ocorrência de poluição atmosférica provocada pela Cotripal Agropecuária Cooperativa, consistente em lançamento de partículas na atmosfera em desacordo com a legislação ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00819.00006/2011, da Promotoria de Justiça de Panambi, pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, com a finalidade de apurar emissão de níveis de pressão sonora a partir do recinto do estabelecimento acima do limite permitido e utilização de veículo automotor para emissão de propaganda acústica do estabelecimento, com inobservância dos mesmos limites.

PEDRO OSÓRIO

1) Inquérito Civil nº 00823.00007/2011, da Promotoria de Justiça de Pedro Osório, pela Promotora de Justiça Luana Rocha Ribeiro, com a finalidade de apurar extração irregular de areia por parte da Mineradora Olimpo na Praia do Passo Novo/Balneário Oásis, em Cerrito/RS.

PELOTAS

1) Inquérito Civil nº 00824.00043/2011, da Promotoria de Justiça de Pelotas, pelo Promotor de Justiça Paulo Roberto Gentil Charqueiro, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais pelo exercício de atividades extrativistas (areia), em desconformidade com a licença ambiental.

PINHEIRO MACHADO

1) Inquérito Civil nº 00827.00008/2011, da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, pelo Promotor de Rudimar Tonini Soares, com a finalidade de apurar a ocorrência de possível poluição ambiental nas águas correntes de uma sanga que corta a BR 293 na altura do KM 107.

PORTO XAVIER

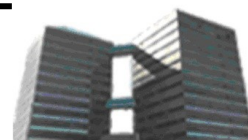
1) Inquérito Civil nº 00944.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Porto Xavier, pelo Promotor de Rafael Schneider de Azeredo, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente do corte de 03 árvores nativas da espécie angico vermelho e de vários pequenos exemplares de pitangueira, sem licença ambiental, fora de área de preservação permanente, na localidade de Rincão Vermelho, no interior de Porto Xavier.

2) Inquérito Civil nº 00944.00004/2011, da Promotoria de Justiça de Porto Xavier, pelo Promotor de Rafael Schneider de Azeredo, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental consistente na supressão de vegetação nativa, descapoeiramento, barramento de curso de água e construção de casa de madeira, sem licença dos órgãos ambientais, em área de preservação permanente.

QUARAÍ

1) Aditamento à portaria de instauração do Inquérito Civil nº 00850.00001/2011, pela Promotoria de Justiça de Quaraí, pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, com a finalidade de incluir, na condição de investigado, AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, concessionária do serviço público de energia elétrica, pessoa jurídica com sede em Porto Alegre – RS, na Rua Dona Laura, n.º 320, 14º Andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.016.440/0001-62.

2) Aditamento à portaria de instauração do Inquérito Civil nº 00850.00004/2011, pela Promotoria de Justiça de Quaraí, pela Promotora de Justiça Márcia Christ Fonseca, com a finalidade de incluir, na condição de investigados, AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, concessionária do serviço público de energia elétrica, pessoa jurídica com sede em Porto Alegre – RS, na Rua Dona Laura, n.º 320, 14º Andar, inscrita



no CNPJ/MF sob o n.º 02.016.440/0001-62 e Martim Galant Giudice, brasileiro, solteiro, pecuarista, filho de João Carlos Olímpio Giudice e de Lúcia Regina Galant Giudice, residente na Rua Francisco Carlos Reverbel, n.º 569, Centro, em Quaraí-RS, e excluir, da condição de investigado, Julio Cezar Rodrigues dos Santos, brasileiro, filho de Conceição dos Santos e de Maria Rodrigues dos Santos, residente na Rua Cel. Pillar, n.º 1.107, Centro, em Quaraí-RS, uma vez que este é apenas empregado da propriedade rural do último.

REDE AMBIENTAL IJUÍ

1) Inquérito Civil nº 01349.00046/2011, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, com a finalidade de apurar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, situada na Localidade de São Pedro do Pontão, interior do Município de Jóia, a qual margeia o Rio Ijuizinho.

2) Inquérito Civil nº 01349.00047/2011, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, com a finalidade de apurar reconstituição da mata ciliar do Rio Ijuizinho nas propriedades dos investigados (pai e filho), sendo os imóveis situados na Localidade de São Pedro do Pontão, interior do Município de Jóia.

3) Inquérito Civil nº 01349.00048/2011, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, com a finalidade de apurar reconstituição da mata ciliar do Rio Ijuizinho nas propriedades do investigado, sendo os imóveis situados na Localidade de São Pedro do Pontão, interior do Município de Jóia.

4) Inquérito Civil nº 01349.00049/2011, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, com a finalidade de apurar reconstituição da mata ciliar do Rio Ijuizinho na propriedade do investigado, sendo o imóvel situado na Localidade de São Pedro do Pontão, interior do Município de Jóia.

5) Inquérito Civil nº 01349.00050/2011, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, com a finalidade de apurar reconstituição da mata ciliar do Rio Ijuizinho na propriedade do investigado, sendo o imóvel situado na Localidade de São Pedro do Pontão, interior do Município de Jóia.

6) Inquérito Civil nº 01349.00051/2011, da Promotoria de Justiça da Rede Ambiental Ijuí, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, com a finalidade de apurar reconstituição da mata ciliar do Rio Ijuizinho na propriedade dos investigados, sendo o imóvel situado na Localidade de Esquina Henz, interior do Município de Augusto Pestana/RS.

RONDA ALTA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 14/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar o corte de árvores nativas em estágio inicial de desenvolvimento, sem licença do órgão ambiental competente, na propriedade de Renato Batista Tissiane, situada na localidade Passo da Entrada, Condomínio Demarco, em Ronda Alta.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 15/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça

Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar atividade de oficina mecânica de veículos, sem licença do órgão ambiental competente, na empresa de propriedade de Vilson Antônio Pertuzzatti, estabelecida na Rua Padre Eugênio, nº 175, em Rondinha.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 16/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar atividade de oficina mecânica de implementos agrícolas, sem licença do órgão ambiental competente, na empresa de propriedade de Ismael Zorzi, estabelecida na Rua Mon Senhor Scalabrini, nº 217, em Rondinha.

4) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 17/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar atividade de oficina mecânica, sem licença do órgão ambiental competente, na empresa de propriedade de Cleomar Antônio Presotto, estabelecida na Rua Mon Senhor Scalabrini, nº 180, em Rondinha.

5) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 18/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar a atividade de resfriamento de leite em desacordo com a licença de operação, na empresa Laticínios Bom Gosto S.A., representada por Clóvis Lenzi, estabelecida na Avenida Presidente Vargas, s/nº, Bairro Ipiranga, em Ronda Alta.

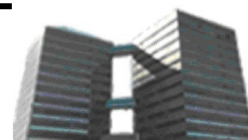
6) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 19/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar atividade de produção de leite, sem licença do órgão ambiental competente e instalada em área de preservação permanente, na propriedade de Cláudia Maria Damschi, localizada na Linha Dona Carolina, em Ronda Alta.

7) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 20/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar Glauber Antônio Bertochi que possui uma empresa do ramo de oficina de chapeação e pintura de automóveis, situada na Rua Duque de Caxias, nº 175, em Rondinha, a qual apresenta diversas irregularidades e funciona sem licença dos órgãos ambientais competentes.

8) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 21/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar que Ivaldino Signor possui uma empresa do ramo de ferraria e tornearia, situada na Travessa Santa Rita, nº 40, em Rondinha, a qual apresenta diversas irregularidades e funciona sem licença dos órgãos ambientais competentes.

9) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 22/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar que Evanderlo Antônio Piran possui uma empresa do ramo de auto-elétrica, situada na Rua Júlio Mailhos, nº 216, em Rondinha, a qual apresenta diversas irregularidades e funciona sem licença dos órgãos ambientais competentes.

10) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 23/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar



que Antônio Carlos Poltronieri possui uma empresa do ramo de oficina de máquinas agrícolas, situada na Rua Júlio Mailhos, nº 37, em Rondinha, a qual apresenta diversas irregularidades e funciona sem licença dos órgãos ambientais competentes.

11) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 24/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar Jelson Luís Bertuol possui uma empresa do ramo de oficina mecânica e auto-elétrica, situada na Rua Júlio Mailhos, nº 494, em Rondinha, a qual apresenta diversas irregularidades e funciona sem licença dos órgãos ambientais competentes.

12) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 25/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar que Adão Domingos de Souza possui uma empresa do ramo de oficina mecânica de veículos, situada na Rua Padre Eugênio, s/nº, em Rondinha, a qual apresenta diversas irregularidades e funciona sem licença dos órgãos ambientais competentes.

13) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 26/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar que Idarlei Bortoluzzi possui uma empresa do ramo de oficina de chapeação e pintura de veículos, situada na Rua Júlio Mailhos, nº 392, em Rondinha, a qual apresenta diversas irregularidades e funciona sem licença dos órgãos ambientais competentes.

14) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 27/2011, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, com a finalidade de apurar a atividade de produção de leite, sem licença do órgão ambiental competente, na propriedade de Moacyr Germano Rossetto, localizada na Linha Dona Clara, em Ronda Alta.

SALTO DO JACUÍ

1) Inquérito Civil nº 01129.00012/2011, da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí, pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, com a finalidade de apurar a prática de danos ao meio ambiente, em decorrência do exercício irregular da atividade de beneficiamento de pedra ágata na Rua Xisto Silveira, nº 118, Bairro Harmonia, nesta Cidade.

2) Inquérito Civil nº 01129.00013/2011, da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí, pela Promotora de Justiça Carmem Lucia Garcia, com a finalidade de apurar e recompor danos causados ao meio ambiente, em decorrência do corte de árvores, sem prévia licença ambiental, durante as obras do "Caminhódromo", na Rua João Fernandes, Cidade de Jacuizinho/RS.

SANTA BÁRBARA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00860.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Bárbara do Sul, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental na propriedade de Júnior Barzotto, no Município de Santa Bárbara do Sul.

SANTA CRUZ DO SUL

1) Portaria de conversão do Inquérito Civil nº 00861.00080/2010, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz

do Sul, pela Promotora de Justiça Simone Spadari, com a finalidade de apurar se as oficinas mecânicas estabelecidas em Santa Cruz do Sul encontram-se operando em acordo com a Resolução 001/2007, do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santa Cruz do Sul.

SANTA MARIA

1) Inquérito Civil nº 00865.00035/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de apurar acúmulo de resíduo sem residência.

2) Inquérito Civil nº 00865.00036/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de apurar possível dano ambiental consubstanciado em ocupação irregular e depósito inadequado de resíduos na Fazenda Santa Marta.

3) Inquérito Civil nº 00865.00037/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de apurar perturbação do sossego na Avenida Presidente Vargas causada por veículos com som.

4) Inquérito Civil nº 00865.00038/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de apurar perturbação do sossego público causado por veículos automotores com equipamentos de som.

5) Inquérito Civil nº 00865.00039/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, pelo Promotor de Justiça Ricardo Lozza, com a finalidade de apurar poluição sonora ocasionada por estabelecimento noturno.

SANTA ROSA

1) Inquérito Civil nº 00868.00008/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Arroio Jacaré, na localidade de Linha Batuta, interior do Município de Porto Mauá (RS).

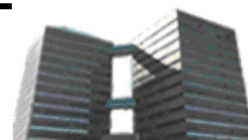
2) Inquérito Civil nº 00868.00009/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Rio Santa Rosa, na localidade de Lajeado Minas, interior do Município de Tuparendi (RS).

3) Inquérito Civil nº 00868.00010/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Rio Santa Rosa, na localidade de KM 10 – Bela União, interior do Município de Santa Rosa (RS).

4) Inquérito Civil nº 00868.00011/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Rio Santa Rosa, na localidade de Lajeado Capoeira, interior do Município de Tuparendi (RS).

5) Inquérito Civil nº 00868.00012/2011, da Promotoria de





23) Inquérito Civil nº 00868.00030/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Rio Santa Rosa, na localidade de Lajeado Guabiroba, interior do Município de Santa Rosa (RS).

24) Inquérito Civil nº 00868.00031/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Rio Santa Rosa, na localidade de Lajeado Capoeira, interior do Município de Santa Rosa (RS).

25) Inquérito Civil nº 00868.00032/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Rio Santa Rosa, na localidade de Lajeado Capoeira, interior do Município de Santa Rosa (RS).

26) Inquérito Civil nº 00868.00033/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Rio Santa Rosa, na localidade de Lajeado Minas, interior do Município de Tuparendi (RS).

27) Inquérito Civil nº 00868.00034/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Rio Santa Rosa, na localidade de Lajeado Capoeira, interior do Município de Tuparendi (RS).

28) Inquérito Civil nº 00868.00038/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar destinação inadequada de esgoto doméstico na Rua Arthur José Werlang, n.º 305, Vila Santos, em Santa Rosa.

29) Inquérito Civil nº 00867.00035/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Rio Santa Rosa, na localidade de Lajeado Guabiroba, interior do Município de Santa Rosa (RS).

30) Inquérito Civil nº 00868.00036/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Rio Santa Rosa, na localidade de KM 10 – Bela União, interior do Município de Santa Rosa (RS).

31) Inquérito Civil nº 00867.00037/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Rosa, pelo Promotor de Justiça Marcelo Augusto Squarça, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, localizada ao longo do Rio Santa Rosa, na localida-

de de Lajeado Minas, interior do Município de Tuparendi (RS).

SANTA VITÓRIA DO PALMAR

1) Inquérito Civil nº 00870.00011/2011, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, com a finalidade de apurar a regularidade das obras realizadas pelo Município de Santa Vitória do Palmar na Praça Getúlio Vargas.

SANTANA DO LIVRAMENTO

1) Inquérito Civil nº 00858.00028/2011, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, com a finalidade de apurar os fatos relativos ao corte de árvores nativas, sem licença ambiental, na propriedade do investigado, situada na Estrada Rincão da Bolsa n.º 3.000, neste Município, o qual, por ter colocado o gado leiteiro no local, vem impedindo a regeneração dos brotes das árvores, consoante Termo Circunstanciado Ambiental POA n.º 131/011/Abr-11.

2) Inquérito Civil nº 00858.00029/2011, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, com a finalidade de apurar os fatos relativos ao funcionamento da empresa Construtora MDA, Oficina de Serviços de Construção Civil Ltda., localizada na Rua Alan Kardec, 6.847, Bairro Marco do Lopes, neste Município, de propriedade do Sr. Manoel Danilo Arruda Rodrigues, sem licença ambiental de operações, consoante Termo Circunstanciado Ambiental POA n.º 131/15/Mai-11 do 3º Pelotão Ambiental.

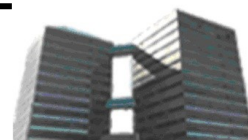
3) Inquérito Civil nº 00858.00031/2011, da Promotoria de Justiça de Santana do Livramento, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, com a finalidade de apurar a adequação das condições de funcionamento da estação de transbordo de resíduos sólidos urbanos, situada na Rua Adalgiso Ferreira, 1.005, nesta Cidade, haja vista que, segundo abaixo-assinado de contrariedade a sua permanência no local, estaria prejudicando a saúde dos moradores da localidade em razão de mau cheiro e acúmulo de insetos e roedores.

SANTIAGO

1) Inquérito Civil nº 01223.00015/2011, da Promotoria de Justiça de Santiago, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar possíveis danos ambientais e à saúde humana decorrentes da utilização e armazenamento inadequados de agrotóxicos pelo Sr. Vladimir Reginato, na condição de usuário.

2) Inquérito Civil nº 01223.00017/2011, da Promotoria de Justiça de Santiago, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar o funcionamento da empresa Claudio Silva de Melo & Cia Ltda., que exerce atividades de fabricação de artefatos de fibra de vidro (piscinas e caixas d'água), no Distrito Industrial de Santiago, sem a devida licença de operação expedida pelo órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 01223.00018/2011, da Promotoria de Justiça de Santiago, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente no corte seletivo de árvores nativas (pau ferro e angico), em área de preservação permanente, situada no Rincão da Natividade, no Município de Unistalda, sem autorização do órgão ambiental competente.



4) Inquérito Civil nº 01223.00019/2011, da Promotoria de Justiça de Santiago, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental na abertura de um valo medindo 4m de largura por 110m de comprimento para drenagem de uma área de banhado, ocorrido em propriedade particular, pertencente ao Sr. Maico José Tamiozzo, sem autorização do órgão ambiental competente.

5) Inquérito Civil nº 01223.00020/2011, da Promotoria de Justiça de Santiago, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente no corte seletivo de árvores nativas (pau ferro), fora da área de preservação permanente, situada na localidade de Rincão dos Boeiras, no Município de Itacurubi, sem autorização do órgão ambiental competente.

6) Inquérito Civil nº 01223.00021/2011, da Promotoria de Justiça de Santiago, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar o funcionamento de Oficina Mecânica de Chapeamento e Pintura de veículos automotores no Município de Santiago, sem a devida licença de operação expedida pelo órgão ambiental competente.

7) Inquérito Civil nº 01223.00022/2011, da Promotoria de Justiça de Santiago, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar as condições de infraestrutura do Centro de Zoonoses de Santiago ("Canil Municipal"), bem como conscientizar a população a não abandonar seus animais de estimação (cães e gatos) e a evitar procriações indesejadas.

SANTO ÂNGELO

1) Inquérito Civil nº 00894.00010/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da realização de extração de minério (cascalho), em duas áreas, localizadas na localidade rural da linha Rincão do Biguaí, no Município de Bossoroca/RS, sendo uma fora da área de preservação permanente e a outra dentro da APP, ambas sem licença do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00894.00011/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da realização de extração de minério (cascalho), em duas áreas, localizadas na localidade rural da linha Rincão do Biguaí, no Município de Bossoroca/RS, sendo uma fora da área de preservação permanente e a outra dentro da APP, ambas sem licença do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00894.00012/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar responsabilidade pelo recolhimento de pilhas, baterias e celulares usados nesta Cidade, os quais vêm sendo recolhidos pela APARP (Associação de proteção ambiental amigos do Rio Piratini), mas, em virtude de problemas financeiros, a entidade não está conseguindo transportá-los até a usina de reciclagem situada no município de São Paulo/SP.

4) Inquérito Civil nº 00894.00014/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar dano ambiental oriundo de incêndio ocorrido na propriedade da senhora Helga

Tomasi, arrendada pelo senhor Rogério André Szynewski, localizada na Vila Piraju, interior do Município de São Luiz Gonzaga/RS.

5) Inquérito Civil nº 00894.00016/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar dano ambiental oriundo do corte e supressão de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, em propriedade situada na Localidade de Esquina do Ivaí, no Município de Bossoroca/RS, sob a responsabilidade de Silvestre Scherer.

6) Inquérito Civil nº 00894.00017/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar dano ambiental oriundo da supressão de vegetação nativa e uso de fogo, fora da área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, em propriedade situada na Localidade denominada de Rincão de São Pedro, no Município de São Luiz Gonzaga/RS, tendo como investigado o senhor Valdir Carlos Donato.

7) Inquérito Civil nº 00894.00018/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar dano ambiental oriundo utilização inadequada de agrotóxicos, em propriedade situada na Localidade de Rincão de São Pedro, interior do Município de São Luiz Gonzaga/RS.

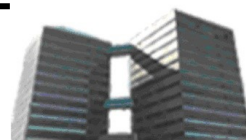
8) Inquérito Civil nº 00894.00019/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar dano ambiental oriundo utilização inadequada de substâncias agrotóxicas, em propriedade situada na Rua Marechal Floriano Peixoto nº 1587, no Município de São Luiz Gonzaga/RS.

9) Inquérito Civil nº 00894.00020/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente do corte de vegetação nativa, fora da área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente, em propriedade situada na Localidade de Rincão dos Kersch, interior do Município de Bossoroca/RS.

10) Inquérito Civil nº 00894.00023/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes do exercício de atividade potencialmente poluidora, sem o respectivo licenciamento ambiental, bem como pela eventual poluição sonora e atmosférica oriundas do exercício da atividade da empresa Metalúrgica, Funilaria/Serralheria Lactea Ltda, a qual está situada na Rua Hipólito Ribeiro, nº1525, nesta Cidade de São Luiz Gonzaga/RS.

11) Inquérito Civil nº 00894.00024/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar danos ambientais decorrentes da prática consistente em destruir ou danificar floresta nativa fora da área de preservação permanente e fazer uso de fogo, ocorridos na localidade denominada Rincão dos Ledur, no interior do Município de Dezesseis de Novembro/RS.

12) Inquérito Civil nº 00872.00041/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar a regularidade das



atividades desenvolvidas pelo estabelecimento comercial denominado CHILLIS MUSIC LOFT, situado na Rua Marechal Floriano, nº 1227, nesta Cidade, de responsabilidade da empresa BECKER, NORONHA & SILVA LTDA, para apuração do fato.

13) Inquérito Civil nº 00872.00054/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar dano ambiental oriundo da destruição de vegetação nativa fora de área de preservação permanente situada na Localidade de Esquina Rondinha, interior do município de Entre-Ijuís/RS.

14) Inquérito Civil nº 00872.00055/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, com a finalidade de apurar a adequação às normas de proteção e prevenção contra incêndio e à legislação, do Condomínio Edifício Noroeste, CNPJ nº 93.537.074/0001-42, telefone 55 3312-1709, localizado na Rua Antunes Ribas, nº 1600, Centro, nesta cidade.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

1) Inquérito Civil nº 00875.00016/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar notícia de poluição sonora produzida pelo estabelecimento comercial Casarão Clube, de responsabilidade de Fábio Rogério Borba da Luz, localizado na Avenida João Pedrosa da Luz, em Santo Antônio da Patrulha.

2) Inquérito Civil nº 00875.00017/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar o corte de vegetação em APP sem Licença Ambiental, de responsabilidade de Valdeinei Renato do Evangelho, na Estrada Júlio Brunelli, 9700, neste Município.

3) Inquérito Civil nº 00875.00018/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar o funcionamento sem licença ambiental de oficina de chapeação e pintura, de responsabilidade de José Cláudio Cardoso, localizada na Rua Senador Alberto Pasqualini, 317, em Santo Antônio da Patrulha.

4) Inquérito Civil nº 00875.00020/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar notícia de corte de vegetação nativa sem licença do órgão ambiental competente na Estrada Geral do Caraá, s/nº, Caraá, de responsabilidade de Paulo Cesar Fraga Barbosa e Lorentino Gomes dos Santos.

5) Inquérito Civil nº 00875.00021/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar o uso irregular de agrotóxicos sem licença ambiental na Quebrada do Rio dos Sinos, Caraá, de responsabilidade de Artêmio de Borba, Alfredo dos Santos Laurindo e Lazir Ferreira da Rosa.

6) Inquérito Civil nº 00875.00022/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar desmatamento com uso de fogo em APP na localidade de Rio do

Meio, Caraá, de responsabilidade de Genei Rodoviege Paes e Lenir Avila de Souza.

7) Inquérito Civil nº 00875.00023/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, com a finalidade de apurar notícia de que Bruno Enedir Mras impediu a regeneração de vegetação nativa por meio de uso de fogo, sem licença ambiental, em propriedade localizada na Estrada do Rio do Meio, Caraá.

SANTO AUGUSTO

1) Inquérito Civil nº 00876.00022/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, pelo Promotor de Justiça Frederico Carlos Lang, com a finalidade de apurar a regularidade no funcionamento da Olaria Mareche, no Município de Inhacorá.

2) Inquérito Civil nº 00876.00023/2011, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, pelo Promotor de Justiça Frederico Carlos Lang, com a finalidade de apurar a regularidade de funcionamento da Olaria Cavallini, no Município de Inhacorá.

SÃO FRANCISCO DE PAULA

1) Inquérito Civil nº 00882.00031/2011, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora.

2) Inquérito Civil nº 00882.00059/2011, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, com a finalidade de apurar o descumprimento da Lei nº 11.019/97 e Decreto Estadual nº 45.554/08 pelo comércio local.

SÃO JERÔNIMO

1) Inquérito Civil nº 00887.00030/2011, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo, pela Promotora de Justiça Brenusa Marquardt Corleta, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental causado por supressão de vegetação nativa com queimada na localidade de Cerro dos Abreus, em Barão do Triunfo, tendo como investigado Silvio Luis Anselmo de Abreu.

2) Inquérito Civil nº 00887.00032/2011, da Promotoria de Justiça de São Jerônimo, pelo Promotor de Justiça Lúcio Flávio Pretto, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental cometido por servidor público do Município de Arroio dos Ratos, que, no exercício de suas atribuições, suprimiu vegetação nativa na propriedade de Pedro B. Moura. Constem como investigados o Município de Arroio dos Ratos, Valmir Gonçalves dos Santos e Pedro B. Moura.

SÃO LEOPOLDO

1) Inquérito Civil nº 00890.00045/2011, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de apurar depósito irregular de resíduos localizado na Rua João Weber, Bairro Feitoria, nesta cidade.

2) Inquérito Civil nº 00890.00049/2011, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de apurar poluição atmosférica.

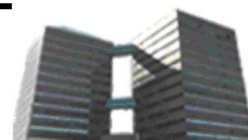
3) Inquérito Civil nº 00890.00050/2011, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de apurar entreposto Feitoria Campo do Alfa, localizado na Rua Eugênio Berger, próximo da



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 728

rótula com a Av. Integração, em frente a Rua Renato Barbosa, pertencente ao Município de São Leopoldo.

4) Inquérito Civil nº 00890.00051/2011, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de apurar poluição sonora e perturbação da tranquilidade.

5) Inquérito Civil nº 00890.00053/2011, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de apurar poluição sonora.

6) Inquérito Civil nº 00890.00054/2011, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de apurar poluição sonora.

7) Inquérito Civil nº 00890.00056/2011, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de apurar empresa com atividade potencialmente poluidora em desacordo com a licença de operação.

8) Inquérito Civil nº 00890.00058/2011, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de apurar poluição sonora.

9) Inquérito Civil nº 00890.00062/2011, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de apurar morte de árvores devido a represamento de água em área de preservação permanente pertencente a Paulo Mendes, em frente ao Parque Imperatriz, nesta cidade

10) Inquérito Civil nº 00890.00064/2011, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, com a finalidade de apurar construção irregular na Rua Luiz Bento da Silva, 120, Bairro Arroio da Manteiga, nesta cidade.

SÃO LOURENÇO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00893.00012/2011, da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, com a finalidade de apurar suposta execução irregular de serviços de lavagem de veículos na Av. São Lourenço, n.º 463, em São Lourenço do Sul, por parte do estabelecimento ESPELHACAR.

2) Inquérito Civil nº 00893.00013/2011, da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, com a finalidade de apurar inexistência, no Município de São Lourenço do Sul, de Código Municipal de Meio Ambiente e Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

3) Inquérito Civil nº 00893.00014/2011, da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, com a finalidade de apurar suposta poluição sonora causada pelo estabelecimento denominado BAR BR (razão social Ortência de Oliveira - ME), situado na rua 25 de julho, 41, em São Lourenço do Sul, de propriedade de Ortência de Oliveira.

SÃO LUIZ GONZAGA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 08/2011, da Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, pelo Promotor de Justiça Belmiro Pedro Welter, com a finalidade de apurar o corte seletivo de 08 (oito) árvores nativas da espécie Pau-ferro, 01 (uma) da espécie Canela Preta, 01 (uma) da espécie

Guajuvira, 01 (uma) da espécie Canela do Brejo, 02 (duas) da espécie Cabriúva, e 01 (uma) da espécie Cabriúva caída, totalizando um total de 14 (quatorze) árvores cortadas, todas sem licença do órgão ambiental competente, tendo os fatos ocorridos na propriedade do Senhor Elias Coimbra, a qual localiza-se na localidade da Figueira, interior do Município do Rolador/RS.

SÃO SEPÉ

1) Inquérito Civil nº 00899.00009/2011, da Promotoria de Justiça de São Sepé, pela Promotora de Justiça Letícia Elsner Pacheco de Sá, com a finalidade de apurar eventual operação irregular de olaria - fabricação de tijolos -, sem as devidas licenças ambientais obrigatórias.

2) Inquérito Civil nº 00899.00010/2011, da Promotoria de Justiça de São Sepé, pela Promotora de Justiça Letícia Elsner Pacheco de Sá, com a finalidade de apurar dano ambiental e/ou irregularidades no funcionamento da Madeireira Copês, de propriedade de Jorge Fernando Copês, sem estar devidamente licenciado pelos órgãos competentes.

3) Inquérito Civil nº 00899.00011/2011, da Promotoria de Justiça de São Sepé, pela Promotora de Justiça Letícia Elsner Pacheco de Sá, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental em razão da inexistência de saneamento básico nas proximidades do Lajeado do Moinho em dois pontos da cidade, nos bairros Centro e Kurtz.

4) Inquérito Civil nº 00899.00012/2011, da Promotoria de Justiça de São Sepé, pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, com a finalidade de apurar irregularidades e/ou poluição atmosférica causada pelo funcionamento da empresa Lika Acessórios, de propriedade de Lisandra Cardoso Vargas, sem estar devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes.

SÃO VICENTE DO SUL

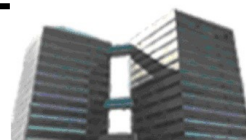
1) Inquérito Civil nº 00779.00002/2010, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar irregularidades no Comércio e Depósito de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, sem Licença de Operação expedida pelo órgão ambiental competente, fato constatado na Rua Silveira Martins, n.º 77, na cidade de Mata.

2) Inquérito Civil nº 00779.00003/2011, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar estabelecimentos comerciais de distribuição de gás que estariam operando sem a devida licença.

3) Inquérito Civil nº 00779.00004/2011, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar estabelecimentos comerciais de distribuição de gás que estariam operando sem a devida licença.

4) Inquérito Civil nº 00779.00005/2011, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar estabelecimentos comerciais de distribuição de gás que estariam operando sem a devida licença.

5) Inquérito Civil nº 00779.00006/2011, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça Ma-



noel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar estabelecimentos comerciais de distribuição de gás que estariam operando sem a devida licença.

6) Inquérito Civil nº 00779.00007/2011, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar estabelecimentos comerciais de distribuição de gás que estariam operando sem a devida licença.

7) Inquérito Civil nº 00779.00008/2011, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar estabelecimentos comerciais de distribuição de gás que estariam operando sem a devida licença.

8) Inquérito Civil nº 00779.00009/2011, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar estabelecimentos comerciais de distribuição de gás que estariam operando sem a devida licença.

9) Inquérito Civil nº 00779.00010/2011, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar estabelecimentos comerciais de distribuição de gás que estariam operando sem a devida licença.

10) Inquérito Civil nº 00779.00011/2011, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar poluição ambiental causada por extração/deposição de minérios em área urbana, fato constatado na Rua General Osório, n.º 15 em São Vicente do Sul.

11) Portaria de conversão do Inquérito Civil nº 01/2011, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, com a finalidade de apurar a irregular extração/deposição de minérios às margens do Rio Ibicuízinho, fato constatado na cidade de São Vicente do Sul, na localidade do Passo do Umbu.

SAPIRANGA

1) Inquérito Civil nº 00901.00013/2011, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental decorrente do depósito de resíduos sólidos, sem licenciamento ambiental, em imóvel localizado na Rodovia RS 239, nº 5650, Bairro Oeste, em Sapiranga/RS.

2) Inquérito Civil nº 00901.00014/2011, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental decorrente de extração mineral (saibro) na Estrada Padre Eterno, localidade de Arroio da Bica, em Nova Hartz/RS, tendo como investigado a empresa Engeconstru Projetos e Construções Ltda de propriedade do Sr. Favaro Fernando Swaizer.

3) Inquérito Civil nº 00901.00015/2011, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, com a finalidade de apurar ocorrência de poluição sonora decorrente da atividade de estabelecimento comercial denominado Ponto do Boliche Ltda, localizada na Rua General Flores da Cunha, 624, em Sapiranga/RS, tendo como investigado a empresa Ponto do Boliche Ltda.

SEBERI

1) Inquérito Civil nº 00905.00020/2011, da Promotoria de Justiça de Seberi, pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander, com a finalidade de apurar depósito de lenha nativa sem o comprovante de origem (DOF), na BR 386, Km 50, em Seberi/RS.

2) Inquérito Civil nº 00905.00021/2011, da Promotoria de Justiça de Seberi, pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander, com a finalidade de apurar corte seletivo de árvores nativas sem licença ambiental, na Linha Nova Esperança, em Erval Seco/RS.

3) Inquérito Civil nº 00905.00022/2011, da Promotoria de Justiça de Seberi, pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander, com a finalidade de apurar corte seletivo de árvores nativas sem licença ambiental, na Linha Passo D'areia, em Dois Irmãos das Missões/RS.

4) Inquérito Civil nº 00905.00023/2011, da Promotoria de Justiça de Seberi, pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander, com a finalidade de apurar o corte seletivo de árvores nativas sem licença ambiental, na Linha Grão de Milho, em Dois Irmãos das Missões/RS.

5) Inquérito Civil nº 00905.00024/2011, da Promotoria de Justiça de Seberi, pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander, com a finalidade de apurar o corte seletivo de árvores nativas sem licença ambiental, na Linha Ciotti, em Seberi/RS.

6) Inquérito Civil nº 00905.00025/2011, da Promotoria de Justiça de Seberi, pelo Promotor de Justiça Rodrigo Berger Sander, com a finalidade de apurar a construção de valas visando a drenagem de área úmida, sem licença ambiental, na Linha Coxilha da Liberdade, em Dois Irmãos das Missões/RS.

SOLEDADE

1) Inquérito Civil nº 00907.00040/2011, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de atividade de Oficina de Chapeação e Pintura, sem licença do órgão ambiental competente.

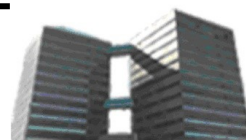
2) Inquérito Civil nº 00907.00041/2011, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de atividade de Oficina de Chapeação e Pintura, sem licença do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00907.00042/2011, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de descarte irregular de embalagens de agrotóxicos.

4) Inquérito Civil nº 00907.00043/2011, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de corte raso de vegetação nativa, sem licença do órgão competente.

5) Inquérito Civil nº 00907.00044/2011, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de destruição de árvores nativas, através de corte raso, sem licença do órgão competente.

6) Inquérito Civil nº 00907.00045/2011, da Promotoria de



Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental ocasionado pela exploração de empresa de controle de pragas, sem licença do órgão competente.

7) Inquérito Civil nº 00907.00046/2011, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de construção de valas em APP, drenagem de banhado e ocupação de área de preservação por plantio agrícola, sem licença do órgão competente.

8) Inquérito Civil nº 00907.00047/2011, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de destruição de espécies nativas em estágio inicial através de corte raso, sem licença do órgão competente.

9) Inquérito Civil nº 00907.00048/2011, da Promotoria de Justiça de Soledade, pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de corte de árvore nativa, pinheiro brasileiro, sem licença do órgão competente.

TAPEJARA

1) Inquérito Civil nº 00908.00011/2011, da Promotoria de Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental, consistente na prática de poluição hídrica, ocorrida em face de vazamento de efluentes de um laticínio.

2) Inquérito Civil nº 00908.00012/2011, da Promotoria de Justiça de Tapejara, pelo Promotor de Justiça Marcio Schenato, com a finalidade de apurar dano ambiental em face de condições irregulares de instalação e operação de empresa investigada.

TAPERÁ

1) Inquérito Civil nº 00909.00006/2011, da Promotoria de Justiça de Tapera, pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, com a finalidade de apurar dano ambiental.

2) Inquérito Civil nº 00909.00007/2011, da Promotoria de Justiça de Tapera, pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, com a finalidade de apurar destruição de floresta nativa.

3) Inquérito Civil nº 00909.00009/2011, da Promotoria de Justiça de Tapera, pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, com a finalidade de apurar catadores de lixo que atuam sem licença

4) Inquérito Civil nº 00909.00020/2010, da Promotoria de Justiça de Tapera, pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, com a finalidade de apurar possível dano ambiental.

5) Inquérito Civil nº 00909.00021/2010, da Promotoria de Justiça de Tapera, pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, com a finalidade de apurar possível dano ambiental.

6) Inquérito Civil nº 00909.00025/2010, da Promotoria de Justiça de Tapera, pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, com a finalidade de apurar fiscalização de poluição sonora nos cultos realizados em igreja.

TAQUARA

1) Aditamento à portaria de instauração do IC nº 00911.00012/2008, pela Promotoria de Justiça de Taquara,

pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de excluir do pólo passivo Joel Araújo Franco, RG 8035057515, e incluir Ana Denise Mafalda Duarte, CNPJ 11.475.978/0001-26.

2) Aditamento à portaria de instauração do IC nº 00911.00058/2000, pela Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de excluir do pólo passivo Derli dos Santos, CPF 526.295.460-04, e incluir Éder Henrique de Souza, RG 80688296-65 e Jeferson Rogério de Magalhães Ferreira, RG 7070130609.

3) Inquérito Civil nº 00911.00037/2011, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar extração irregular de arenito (pedra grés) com registro do DNPM vencido.

4) Inquérito Civil nº 00911.00047/2011, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar extração irregular de arenito.

5) Inquérito Civil nº 00911.00048/2011, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar extração irregular de arenito.

6) Inquérito Civil nº 00911.00049/2011, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar extração irregular de arenito.

7) Inquérito Civil nº 00911.00050/2011, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar corte raso de vegetação nativa no estágio inicial, médio e avançado de regeneração, com emprego de fogo para eliminação dos resíduos.

8) Inquérito Civil nº 00911.00051/2011, da Promotoria de Justiça de Taquara, pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, com a finalidade de apurar corte de árvore realizado pela empresa de fornecimento de energia elétrica RGE.

TENENTE PORTELA

1) Inquérito Civil nº 00913.00008/2011, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, pelo Promotor de Justiça Léo Mário Heidrich Leal, com a finalidade de apurar atividade de extração mineral (basalto), sem licença ambiental de operação, realizada pela empresa Britadeira Leão Ltda.

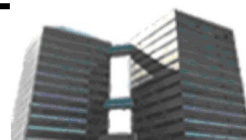
TEUTÔNIA

1) Inquérito Civil nº 00953.00007/2011, da Promotoria de Justiça de Teutônia, pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, com a finalidade de apurar as condições de instalações da apante.

2) Inquérito Civil nº 00953.00007/2011, da Promotoria de Justiça de Teutônia, pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, com a finalidade de apurar dano ambiental por abuso de instrumentos sonoros e perturbação do sossego alheio em estabelecimento isolado acústico.

TORRES

1) Inquérito Civil nº 00914.00091/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de apurar realização de aterro em um terreno com vegetação característica de banhado e localizado



junto a um curso d'água, promovido pela Empresa Queiroz Galvão, mediante utilização de maquinário da Prefeitura Municipal de Três Cachoeiras, na propriedade de Ademir da Luz Raupp, na Rua Nove, nº 1340, Bela Vista, em Três Cachoeiras/RS, sem a devida licença e/ou autorização emitida pelos órgãos ambientais competentes.

2) Inquérito Civil nº 00914.00092/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de apurar existência de depósito de resíduos sólidos, dentre estes, alguns resíduos queimados, bem como embalagens de óleo lubrificante, sucatas de ferro, plásticos, latas de tinta, resíduos eletrônicos, etc.; que ficam estocados a céu aberto e diretamente no solo, e nas proximidades de um corpo hídrico (açude) sem qualquer licenciamento ambiental, na Estrada Geral nº 1447, Vila João XXIII, em Torres/RS, sob a responsabilidade de Samuel Constante Selau.

3) Inquérito Civil nº 00914.00093/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de apurar realização de reforma e aumento de uma taipa de um canal de irrigação, para fins de cultivo de arroz, medindo cerca de 1.300 metros de comprimento por 03 metros de altura e 08 metros de largura, em área caracterizada como de preservação permanente, uma vez que a obra atinge cerca de 710 metros das margens do Rio Monteiro e o restante (590 metros) está junto a um banhado, havendo, ainda, a supressão de vegetação nativa, fatos estes promovidos por Mario Ladislau de Boni, nas proximidades da Lagoa do Forno, Estrada Geral, em Dom Pedro de Alcântara/RS, sem licença ambiental dos órgãos competentes.

4) Inquérito Civil nº 00914.00090/2011, da Promotoria de Justiça de Torres, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, com a finalidade de apurar poluição em níveis perigosos à saúde humana e do meio ambiente, decorrente da criação de suínos, javalis entre outros animais, em zona rural, sem licença ambiental e sem destinação adequada de resíduos, com acúmulo de fezes a céu aberto, causando mau cheiro e proliferação de vetores, bem como ocorrência de maus tratos à animais, alguns destes resultando em morte, tanto pela inexistência de condições mínimas de higiene, quanto pela negligência em relação ao fornecimento de água e alimentação, na Travessa do Jacaré, nº 181, Localidade de Jacaré, em Torres/RS.

TRÊS COROAS

1) Inquérito Civil nº 01130.00002/2011, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de apurar poluição hídrica causada pela criação de suínos às margens do Rio Paranhana.

2) Inquérito Civil nº 01130.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, com a finalidade de apurar atividade potencialmente poluidora sem a obtenção da devida licença ambiental e depósito irregular de resíduos industriais.

TRÊ PASSOS

1) Inquérito Civil nº 00917.00016/2011, da Promotoria de Justiça de Três Passos, pelo Promotor de Justiça Simão Baran Júnior, com a finalidade de apurar a extração irregular de argi-

la na Rua José Coutinho, Bairro Santa Inês, neste Município.

TRIUNFO

1) Inquérito Civil nº 00918.00006/2011, da Promotoria de Justiça de Triunfo, pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Galliacchio, com a finalidade de apurar plantio de milho e de arroz em área de preservação permanente às margens do Rio Jacuí e de banhado, contrariando a licença de operação.

TUCUNDUVA

1) Portaria de conversão do Inquérito Civil nº 00919.00003/2011, da Promotoria de Justiça de Tucunduva, pelo Promotor de Justiça Ronaldo Adriano de Almeida Arbo, com a finalidade de apurar dano ambiental causado por obra em área de preservação permanente.

VACARIA

1) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 020/2011, da Promotoria de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar corte raso de árvores nativas folhosas, atingindo um total de 105 (cento e cinco) árvores de diversas espécies, perfazendo um volume de 8,92 m³ (oito vírgula noventa e dois metros cúbicos) e aproximadamente 11,59 mSt (onze vírgula cinquenta e nove metros estéril) de lenha, fora da área de preservação permanente e sem licenciamento dos órgãos ambientais competentes.

2) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 023/2011, da Promotoria de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na emissão de licenças ambientais pelo Departamento Municipal de Meio Ambiental e na fiscalização do cumprimento de seus itens pelo empreendedor.

3) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 024/2011, da Promotoria de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar corte seletivo de árvores nativas, atingindo um total de 95 (noventa e cinco) árvores, sendo destas 59 (cinquenta e nove) árvores da espécie Araucária angustifolia, perfazendo um volume de 49,91 m³ (quarenta e nove vírgula noventa e um metros cúbicos), e 36 (trinta e seis) árvores de diversas espécies, perfazendo um volume de 12,74 m³ (doze vírgula setenta e quatro metros cúbicos), tudo fora de área de preservação permanente e sem licenciamento dos órgãos ambientais competentes.

4) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 024/2011, da Promotoria de Justiça de Vacaria, pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, com a finalidade de apurar corte seletivo de árvores nativas, atingindo um total de 30 (trinta) árvores de diversas espécies folhosas, perfazendo um volume de 4,71 m³ (quatro vírgula setenta e um metros cúbicos), em área de preservação permanente e sem licenciamento dos órgãos ambientais competentes.

VERANÓPOLIS

1) Inquérito Civil nº 00929.00029/2011, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavio Miotto, com a finalidade de apurar poluição ambiental – descarte irregular de resíduos.

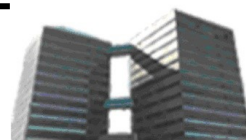
2) Inquérito Civil nº 00929.00030/2011, da Promotoria de



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 14 de julho de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 728

Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, com a finalidade de apurar poluição sonora – prática de culto evangélico mediante a utilização de instrumentos sonoros e gritos de louvor, causando perturbação ao sossego dos vizinhos da Igreja Evangélica Assembléia Ministério de Deus Avivamento das Nações, a qual não possui isolamento acústico.

3) Inquérito Civil nº 00929.00031/2011, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, com a finalidade de apurar em tese, poluição sonora, perturbação da tranquilidade e sossego dos moradores do Bairro Femaçã, local onde foi realizado o evento denominado "Cowboys da Serra".

4) Inquérito Civil nº 00929.00033/2011, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, com a finalidade de apurar corte de vegetação nativa em área de preservação permanente.

VIAMÃO

1) Inquérito Civil nº 00930.00039/2011, da Promotoria de Justiça de Viamão, pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, com a finalidade de apurar a existência de poço artesiano em desacordo com a legislação vigente no endereço informado pela Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), localizado na Rodovia Gentil Machado Godoi, n.º 5.905, em Viamão/RS.

2) Inquérito Civil nº 00930.00046/2011, da Promotoria de Justiça de Viamão, pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, com a finalidade de apurar a legalidade das licenças ambientais concedidas às empresas investigadas.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 13 de julho de 2011.

MARTA LEIRIA LEAL PACHECO,

Coordenadora do Centro de Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.